



Diário Oficial do Poder Legislativo

3ª Sessão Legislativa
da 12ª Legislatura

ANO XLVII

RIO BRANCO - AC, 4 DE AGOSTO DE 2009

N.º 3760

MESA DIRETORA

EDVALDO MAGALHÃES
Presidente

TAUMATURGO LIMA
1º Secretário

ELSON SANTIAGO
2º Secretário

HELDER PAIVA
1º Vice-Presidente

ANTONIA SALES
2ª Vice-Presidenta

WALTER PRADO
3º Secretário

NOGUEIRA LIMA
4º Secretário

GABINETE DAS LIDERANÇAS

PT - Ney Amorim

BPR - Moisés Diniz

PMDB - Chagas Romão

PSDB - Mazinho Serafim

PP - Maria Antonia

DEM - Nogueira Lima

PSB - Delorgem Campos

PPS - Idalina Onofre

PMN - José Luis

PIN - José Carlos

PT do B - Gilberto Diniz

PSL - Luiz Calixto

Líder do Governo - Moisés Diniz

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PT - Taumaturgo Lima, Francisco Viga,
Merla Albuquerque, Ney Amorim, Perpétua
de Sá

PPS - Idalina Onofre.

PMDB - Antônia Sales, Chagas Romão.

PSDB - Donald Fernandes, Luiz Gonzaga,
Mazinho Serafim.

BPR - Edvaldo Magalhães, Moisés Diniz,
Helder Paiva.

PSB - Delorgem Campos, Walter Prado.

PMN - José Luis, Elson Santiago.

PP - Maria Antonia.

DEM - Nogueira Lima

PIN - José Carlos.

PT do B - Gilberto Diniz.

PSL - Luiz Calixto.

PR - Josemir Anute

56ª SESSÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA

Realizada em 4 de agosto de 2009
Presidência: Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Secretaria: Deputado TAUMATURGO LIMA

PRESENTES: Deputados Francisco Viga, Ney Amorim, Perpétua de Sá, Merla Albuquerque e Taumaturgo Lima, do PT; Edvaldo Magalhães, Moisés Diniz, Helder Paiva e Josemir Anute, do BPR; Donald Fernandes, Luiz Gonzaga e Mazinho Serafim, do PSDB; Antonia Sales e Chagas Rorão, do PMDB; Delorgem Campos e Walter Prado, do PSB; Elson Santiago e José Luis, do PMN; Idalina Onofre, do PPS; Maria Antonia, do PP; Nogueira Lima, do DEM; José Carlos, do PTN; Gilberto Diniz, do PT do B e Luiz Calixto, do PSL.

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) – Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos e dado o adiantado da hora, consideramos lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicitamos ao Senhor Secretário proceder à leitura do Expediente.

EXPEDIENTE

OF/INCRA/SR.14/AC/N.759, da Senhora Maria Cristina Benvinda Fernandes, Superintendente Regional Substituta, encaminhando cópia do Primeiro Termo Aditivo CRT/AC/10.000/07;

TCE-ACRE/SS/OF/N. 885/2009, do Conselheiro José Augusto Araújo de Faria, Presidente do TCE/ACRE, encaminhando cópia do Processo n. 12.458.2008-01-TCE/AC;

TCE-ACRE/SS/OF/N. 867/2009, do Conselheiro José Augusto Araújo de Faria, Presidente do TCE/ACRE, encaminhando cópia do Processo n. 17.263.2005-4-TCE/AC.

PEQUENO EXPEDIENTE

Deputado WALTER PRADO (PSB) – Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, amigos da Imprensa, pessoas que comparecem hoje aqui nesta Assembleia, a quem eu saúdo com a paz de nosso

Senhor Jesus Cristo. Eu venho a esta tribuna no Pequeno Expediente, Deputado Moisés para trazer ao conhecimento público fatos que no meu entendimento são gravíssimos e que estão acontecendo, Deputado Donald, na fronteira de Capixaba com a Bolívia.

O Governo brasileiro, através do Presidente Lula, assinou convênio com uma organização denominada OIM, Organização Internacional para Migrações, e o Senado da República aprovou recursos na ordem de aproximadamente vinte milhões de dólares para apoiar os brasileiros que estão ocupando uma área de 150 quilômetros do território boliviano, na divisa com o Município de Plácido de Castro.

O Senhor Evo Morales, na sua total irresponsabilidade e essa organização denominada de OIM, ao invés de pegarem os recursos para fazer os assentamentos de forma correta como estabeleceu o convênio, ficam ameaçando os brasileiros, inclusive dizendo que as pessoas que continuarem em suas glebas têm que ter peito forte, porque elas vão sair à bala, fato que foi publicamente comprovado na última quarta-feira, com a presença de mais de oitocentos trabalhadores rurais na cidade de Capixaba, Deputado Moisés.

Também está havendo extorsão de brasileiros, os quais para circularem nas suas propriedades aqui do lado de Capixaba precisam pagar 380 reais. E quando adentramos a cidade de Capixaba, nós encontramos os bolivianos, nas calçadas vendendo e praticando crime de contrabando, porque normalmente estão vendendo mercadorias contrabandeadas que não podem ser vendidas aqui. Nós estamos denunciando esse fato, e tenho conhecimento também da providência que V. Exa. e a Deputada Perpétua estão tomando no sentido de que se faça um grande movimento e se encaminhe aos Deputados Federais esse dossiê que comprova dois tipos de crimes: a extorsão e as ameaças.

As ameaças foram feitas de forma pública por um representante da Bolívia chamado Miguel, o qual eu não quis nem conhecer, porque ele estava trancado com as pessoas, tentando negociar inclusive valores, para que todo mundo se calasse. Essa é a realidade. Isso é gravíssimo, e nós temos que tomar providências. Portanto, como membro da Comissão de Direitos Humanos, eu estou fazendo essa denúncia, exclusivamente no que diz respeito às questões dos delitos que eles estão cometendo contra os brasileiros de forma injusta e cruel, inclusive dizendo que o Governo de Evo Morales é duro e que não brinque, porque eles querem desocupar as áreas sem dar direito aos brasileiros a receberem indenização. Eu não conheço país no mundo em que as benfeitorias não sejam inerentes especialmente ao ser humano.

Então como Presidente da Comissão, eu quero dizer-lhes que foi com essa concepção que fizemos esse dossiê. E a Assembleia Legislativa, através do Deputado Moisés e da Comissão Agrária, vai tomar todas as

providências no sentido de que o convênio seja efetivamente cumprido com respeito, com sabedoria e sigilo indenizando as edificações e as benfeitorias que foram feitas pelos brasileiros há mais de quarenta anos.

Então, eu quero trazer ao conhecimento da Assembleia esse fato, e dizer que, com certeza, esse é um movimento dos nossos Deputados Federais, visto que a Deputada já esteve lá na área e dos Deputados Estaduais, pois eu e o Deputado Moisés também já estivemos naquela área. E esse movimento conta com o apoio de todos os Parlamentares, tanto da Assembleia, como da Câmara Federal, para fazer com que essa denúncia chegue ao conhecimento dos Organismos Internacionais de Defesa dos Direitos Humanos.

Muito obrigado!
(Sem revisão do orador)

Deputado NOGUEIRA LIMA (Líder do DEM) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, companheiros no Salão do Povo, durante o nosso recesso, eu não saí do nosso Estado; estive visitando apenas nossas bases, colhendo informações e constatando a insatisfação dos companheiros que vivem na floresta.

Como um democrata e cidadão acreano, quero convidar a todos os Deputados, especialmente o nosso Presidente, para, no próximo ano, participarem da cavalcada, a grande festa que marca o início da Expoacre. Parece que só eu participei e foi muito bom. Inclusive quero parabenizar os organizadores daquela feira.

Fui também a Yapuri, atendendo ao convite de alguns amigos, que me pediram para ir visitar a Reserva Extrativista Chico Mendes e sai de lá bastante revoltado e desanimado. Aliás, já estou desanimado com esse Governo, que não trata os povos da floresta como deveria. Falam muito em florestania, mas os moradores daquela Reserva estão entregues à própria sorte.

Estive conversando com os produtores, especialmente com o Senhor Antônio, um seringueiro próspero, trabalhador, que me falou das pressões que estão sofrendo. Inclusive eles receberam um plano para utilização da Reserva Chico Mendes. Não dá para ler todo aqui, mas é ridículo e prejudica muito aqueles colonos, porque proíbe tudo, Deputado Walter Prado, até criar um cachorro. Mas no final, pedem para as pessoas apresentarem um documento constando como eles gostariam que fosse a Reserva. Ai os Senhores imaginam o que aqueles colonos pediram.

Ouvimos várias colocações que nos chamaram a atenção sobre como eles gostariam que fosse a Reserva, mas a principal, Senhor Presidente, foi a do Senhor Antônio. Trata-se de um seringueiro que não sabe ler, mas que tem uma cabeça muito boa e pediu para a sua filha escrever e abordou uma questão muito importante, que, inclusive, nós já estamos trabalhando juntamente com o Bocalom, que é o ser humano. Esse Senhor coloca que o Ministério do Meio Ambiente, o Ibama e o IMAC não defendem uma criança, mas defendem um macaco. Não defendem um pai de família, um trabalhador”. “Também defendo que temos que ter os nossos cachorros.” Vejam o ponto a que chegaram. “Se um bicho atacar nossas crianças e nossa agricultura, como a mandioca, que é a comida preferida do porquinho do mato, a única maneira de espantá-lo é com os cachorros”. Mas lá é proibido ter cachorro, Deputado Donald.

Outro item defendido por eles é o preço da borracha. Na sua cartinha ele diz: “Como nós vamos sobreviver, Deputado Tenente?” Que é como ele me chama. “Como podemos, vendendo um quilo de borracha por R\$ 1,20?” Naquele mesmo dia ele havia vendido para a associação a esse preço.

Senhores, como essas pessoas poderão sobreviver naquela Reserva, se estão vendendo todo o seu gado? O pouquinho que eles tinham, estão retirando para que façam apenas plantio.

Esse Senhor que eu citei tem nove estradas de seringa. Se ele fosse trabalhar direitinho e se pagassem o preço real pelo produto não precisaria criar nem uma galinha. Mas parece que há uma norma que prevê que cada um só pode vender 350 quilos de borracha.

(Sem revisão do orador)

Deputada IDALINA ONOFRE (Líder do PPS) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o Deputado Nogueira Lima disse que grande parte dos agricultores e seringueiros não sabem ler, mas são pessoas inteligentes. Deputado Nogueira Lima, a sabedoria não se adquire no banco da escola.

Eu fiquei aqui durante dias matutando quais seriam os adjetivos que eu usaria para conceituar um sujeito que declara que o Estado de direito ainda não chegou ao Vale do Juruá. Um palito de fósforo, Deputado Nogueira Lima, quando queima, fica só o carvão. E pessoas como o Sr. Carioça quando abrem a boca mostram o que tem no lugar de massa encefálica. Sujeito arrogante, que se acha no direito de falar do Vale do Juruá sem conhecer aquele povo sofrido, que mesmo abandonado pelo Governo conseguiu eleger um vice-Governador, cinco Deputados Federais e sete Deputados Estaduais.

Com exceção da Deputada Perpétua Almeida que já se manifestou mandando ele calar a matraca, eu gostaria de saber a opinião dos demais Parlamentares, ou seja, se defenderão o Sr. Carioça ou o Vale do Juruá.

Sou acreano, cruzeirense do Vale do Juruá, eu não aceito que um sujeitinho dessa laia venha dizer que naquela região o Estado de direito ainda

não chegou, apesar de ali funcionar um núcleo da UFAC. Falando assim parece que colocaram esse núcleo para fazer lavagem cerebral nos alunos, para doutriná-los para eles votarem em quem eles querem.

O povo do Junúá não é tolo, lá ninguém é cabresto de ninguém, nós temos opinião e vontade próprias e não vai ser com perseguições, com humilhações que vão nos dobrar . Não se conquista um povo dessa maneira. Eu não admito esse tipo de comentário, principalmente vindo de um sujeitinho que se diz inteligente. Mas um detentor de conhecimento não é necessariamente uma pessoa inteligente, entretanto a arrogância quando ela sobe a cabeça de determinadas pessoas que se acham Deus, é no mínimo preocupante.

Agora ficou mais fácil explicar os mistérios da Santíssima Trindade para um aluno na catequese, é só dizer que o Pai, o Filho e o Espírito Santo se resumem na pessoa do Governador . Nós como catequistas temos dificuldades para fazer as crianças entenderem que o Pai, o Filho e o Espírito Santo se completam, mas aqui no Estado do Acre um Secretário do Governo está dizendo que o filho não tem poder, que o espírito santo não serve para nada, só quem manda é o Deus pai, ou seja, o Governador .

Fico com raiva quando eu vejo alguém dizer que os táxis de Cruzeiro do Sul não possuem taxímetro e que se o Prefeito daquela cidade mandar colocar, não será mais eleito; que não há o Estado de direito e muito menos regras e que o Ministério Público tem que atuar . Não podemos admitir esse tipo de humilhação com o povo daquela região.

Dizer que a população do Vale do Junúá sempre viveu do clientelismo é mentira. Nós estamos representados por sete Deputados neste Poder . Será que nós viemos para cá através do clientelismo? Isso é a desmoralização da própria Assembleia.

Eu agradeço aqui de público a Deputada Perpétua Almeida que mandou esse sujeitinho fechar a sua matraca.

(Sem revisão do orador)

Deputado DONALD FERNANDES (PSDB) – Senhor Presidente, Senhoras Deputados, endosso plenamente as palavras iniciais do Deputado Walter Prado. Existem muitas ações que poderíamos realizar e, se fôssemos medíocres, uma delas seria proibir o tratamento de saúde pelo SUS, daquelas pessoas que moram em Obijá. É uma vergonha. O Brasil paga tudo e eles não pagam nada. Os nossos CITS estão cheios de Bolivianos. Muitas medidas podem ser tomadas, pois não tem cabimento o que estão fazendo com os brasileiros que vivem na Bolívia.

Também estou plenamente de acordo com a Deputada Idalina Onofre, que se revoltou com as afirmações de um importante assessor do Governo, talvez o mais importante e um dos dirigentes do PT, que disse que o PT ainda não ganhou uma eleição em Cruzeiro do Sul, porque lá ainda não chegou o Estado de direito. Sem dívida nenhuma, isso é uma grosseria. Uma falta de educação com o povo do Junúá. E o pior é que o Governo não emitiu sequer uma nota contrariando as opiniões desse assessor . É uma vergonha mesmo, uma falta de respeito intolerável. Como se o Governo fizesse muita coisa em Cruzeiro do Sul e o povo não reconhecesse! O Governo não faz nada lá

Foi veiculado que haveria um concurso e que mandariam delegados. Porém mandaram apenas um e um mês depois ele veio embora, ou seja, Cruzeiro do Sul continua com um delegado e um perito criminal.

Eu fiquei até meio envergonhado, pois ao chegar lá, vi quatro policiais torando conta da estátua Taumaturgo de Azevedo. A Prefeitura queria tirar a estátua de onde ela está e colocá-la no local original. Aí, fizeram aquele movimento e quatro policiais foram encarregados de vigiar a estátua. Enquanto isso, no bairro Alagoinha, o qual V. Ewa. conhece muito bem Deputada, as mortes são seguidas. Há apenas um policial, é o Orjoba, que todos conhecem, para defender um bairro onde vivem pessoas aflitas, tendo assaltos e morte a qualquer hora. Mas por incrível que pareça, há quatro policiais vigiando uma estátua.

É por razões como essa que o PT não ganha eleições naquela cidade. É o desrespeito, a falta de obras, a agressão gratuita ao povo de Cruzeiro do Sul. Acham que isso aí não conta? Eu já falei, o PT nunca vai ganhar uma eleição em Cruzeiro do Sul agindo dessa maneira. Permitindo que assessores precipitados, mal educados desrespeitem um povo ordeiro e trabalhador .

Ao contrário disso, o Governo deveria tirar a Maternidade daquele município da situação horrível em que se encontra funcionando. Inclusive pedi sua interdição ao Ministério Público, porque não há termômetro, aparelho de pressão, sequer um autoclave para esterilizar roupas. É uma vergonha enorme. No entanto, querem ganhar eleição a existência do Hospital do Junúá. Certa vez eu falei: hospital sem médico, é apenas um prédio.

No Hospital do Junúá, o suprasumo da beleza feito pelo PT, o resultado de um exame de R-X demora 47 dias para ser entregue. É provável que nesse tempo o paciente tenha morrido. Eu sei de uma pessoa, inclusive do PC do B, que passou por isso. O resultado de um hemograma, demora dezoito dias.

Portanto, o Hospital do Junúá é um prédio lindo e maravilhoso, mas funciona ainda precariamente. São questões como essa que o PT tem que rever, e não ficar falando mal de um povo trabalhador . É preciso ter muito

cuidado. Falam essas coisas e continuam agindo errado, com atitudes que deprimem o povo e não ajudam em nada.

E eu pergunto: cadê o Governador do Junúá? Quando o Senhor César Messias foi eleito, pensávamos que o PT teria dois governantes, um para a região do Vale do Acre e outro para o Junúá. Mas que Governador é esse que não faz nada, que não toma iniciativa, que é um zero à esquerda e não defende a própria terra? É assim que o PT quer ganhar a eleição lá? Não ganha nunca!

(Sem revisão do orador)

Deputado TAUMATURGO LIMA (PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, Imprensa, pessoas presentes no Salão do Povo, em relação a esse pronunciamento do Carioca, que foi debatido principalmente no Vale do Junúá e que agora volta a esta tribuna, gostaria de dizer que responsabilizar o Partido dos Trabalhadores, os Deputados que se elegeram pelo Vale do Junúá; independente que sejam do PT ou de outro partido, que ainda não tenha tido a oportunidade de se manifestar, é uma irresponsabilidade muito grande. Eu tenho certeza que os Deputados Perpétua de Sá, Luiz Gonzaga, Elson Santiago e o vice-Governador, César Messias dentre outros que são lá do Vale do Junúá, jamais iriam concordar com a entrevista que o Carioca concedeu a um jornal, pois esse não é o pensamento do Partido dos Trabalhadores em relação à Cruzeiro do Sul, nem o pensamento do Governador Binho Marques, muito menos do nosso vice-Governador, César Messias.

O nosso companheiro Carioca foi infeliz quando fez essa colocação em relação a região do Vale do Junúá que tem um povo ordeiro e lutador . Eu nasci e me criei naquela terra e confio na honra e caráter de cada cidadão de Cruzeiro do Sul. Sendo assim, nós não podemos usar uma matéria que foi de caráter pessoal do Senhor Carioca para querer envolver o Partido dos Trabalhadores e o Governo. Quando percebo essa intenção de confundir, apesar de ter sido o Carioca a conceder a entrevista, eu fico preocupado. Principalmente quando se diz que o Partido dos Trabalhadores não faz nada por aquele município.

Houve denúncia aqui de que a Maternidade de Cruzeiro do Sul está funcionando em condições precárias e eu concordo com V. Ewa., Deputado Donald, agora gostaria que contasse a verdade, não a história pela metade. Diga também que aquela Maternidade está em obras e que será uma das mais modernas daquela região. Peço então, que não contemos só a parte que nos interessa.

A Maternidade de Cruzeiro do Sul passa por reforma e prestará um serviço de qualidade ao nosso querido município e a toda região do Vale do Junúá. Desta feita, dizer que o Governo não faz nada em Cruzeiro do Sul é uma injustiça muito grande. Talvez V. Ewa. tenha andado muito pouco por lá. Visite os ramais que estão sendo recuperados em parceria com as Prefeituras.

A Deputada Idalina foi lá no Porto onde está sendo construída a ponte, conhece a Maternidade e a Avenida Mâncio Lima, rua na qual mora. Visite, Deputada, as escolas e veja que estão sendo reformadas e que estão sendo construídas novas escolas também. Infelizmente, para a Senhora nada do Acre presta, só quando viaja para Curitiba ou para outros lugares. Não podemos mudar a sua consciência para que procure ser justa.

Temos problemas, porém o Governo está trabalhando no Vale do Junúá sim. A entrevista do Senhor Carioca, repito: foi uma entrevista pessoal, não é o pensamento do PT, do Governador Binho Marques, ou do vice-Governador, César Messias. Obrigado.

(Sem revisão do orador)

GRANDE EXPEDIENTE

Deputado LUIZ CALIXTO (Líder do PSL) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, amigos e amigas da Imprensa, primeiro eu gostaria de dizer da imensa satisfação em reencontrá-los após este curto recesso. Seria inevitável que este assunto da entrevista do Carioca, assessor do Governo, fosse tema de debates na nossa Assembleia. Primeiro porque o Carioca não é uma voz qualquer dentro da estrutura do Partido dos Trabalhadores. Ele é considerado o guru petista nas elaborações políticas.

Eu tenho absoluta certeza, como dois e dois são quatro de que as Deputadas Maria Antonia, Antonia Sales, Idalina Onofre e Perpétua de Sá, como também os Deputados Luiz Gonzaga e Edvaldo Magalhães não concordam absolutamente com as declarações que foram feitas pelo assessor citado. Mas aí nós temos que fazer uma ressalva, exceto a Deputada Federal Perpétua Almeida, nenhum outro Parlamentar ou liderança da região veio à público para repreendê-lo e dizer que ele falou uma imensa bobagem e agrediu, sobretudo, os Deputados e Deputadas.

Nós estamos nos atendo aqui apenas às declarações relativas à Cruzeiro do Sul. Mas quando o Sr. Carioca disse: "Olha, o Cabide, que é o Cabide, veio aqui com 94 currículos para pedir favores pessoais". Ele deixou implícito. E os outros? Os mais importantes, os mais influentes, quantos pediram? Ora, o Carioca não é uma voz perdida dentro do PT. Agora, façamos justiça a ele, que não foi o primeiro e nem o único a agredir a população do Vale do Junúá.

A Deputada Maria Antonia, no calor da campanha eleitoral, leu uma nota aqui censurando uma declaração do presidente do PT, quando ele afirmara em comício, que bastava jogar um punhado de milho, que as pessoas saiam correndo atrás. Lá em Rodrigues Alves, o ex-Governador Jorge Viana já se referiu à população de forma pejorativa. Eu vou evitar completar a frase. Ele disse: "Fui lá e trabalhei naquela...". Então, não é a primeira vez que essas agressões são feitas. O Senhor Carioca é arrogante, prepotente, mas um cidadão inteligente; mediu e pensou cada palavra que afirmou naquela entrevista, não fez aquilo de supetão, concedeu uma entrevista medida, calibrada.

Discordo do Deputado Taumaturgo Lima quando diz que o Carioca emitiu uma opinião que é dele. Ele se referiu ao Governador Binho Marque várias vezes na entrevista, dizendo: "Olha, eu e o Binho não gostamos de Deputados que vêm aqui pedir favores". Ele não falou apenas em seu nome, falou em nome do Governo.

Se em Cruzeiro do Sul o seu partido não tem um desempenho eleitoral favorável, isso não dá o direito do Carioca dizer que lá há uma desordem. Ausência de Estado e de direito, significa bagunça, lugar onde não se cumpre as leis e não se segue nenhuma determinação. Portanto, eu quero reprová-lo, mais uma vez, já fiz isso no meu blog e dizer que não sou daqueles que acham que os Deputados da Bancada do Vale do Junú concordam com as afirmações do Carioca, mas é preciso que eles venham aqui dizer que não concordam, porque senão, vai prevalecer como verdade, o silêncio como concordância.

Quero reafirmar que não direi que os Deputados do Junú concordam com as afirmações, todavia, preciso me manifestar para que o povo do Junú saiba e escute a voz daqueles que repreenderam o Carioca como fez a Deputada Perpetua Almeida quando o mandou fechar a matraca.

Obrigado.
(Sem revisão do orador)

Deputado MOISÉS DINIZ (Líder do Governo) – Senhor Presidente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, a pergunta é direcionada aos Deputados da Oposição: gostaria de saber se V. Exas concordam que Deputados façam uso da tribuna, como o Deputado Mazinho Serafim e ameace dar uma surra em um Secretário de Estado. Se concordam, manifestem publicamente, assim como V. Exas estão cobrando dos Deputados que apoiam o Governo, em relação às posições do Secretário de Estado Francisco Nepomuceno, o Carioca.

Quero que V. Exas se inscrevam para responder esse questionamento, mas quero que sejam todos da Oposição. Optem também, se concordam ou não que a Deputada Idalina Onofre venha à tribuna e chame um certo Secretário de Estado de cachorro. Pois, assim, debateremos sobre as declarações do Secretário Francisco Nepomuceno.

Nós que somos da Base do Governo temos a maioria para rejeitar Requerimento e para aprovar Moção de repúdio e de protesto. É preciso compreendermos determinadas situações, no calor do debate fazemos algumas colocações e não somos compreendidos, foi isso que aconteceu com o nosso Secretário Francisco Nepomuceno, que no seu posicionamento exaltou o Partido dos Trabalhadores quando se referiu ao Município de Cruzeiro do Sul, tratando esse município como uma terra sem lei. E declarou os motivos de não se ganhar as eleições em Cruzeiro do Sul.

Compreendemos que a forma como o Carioca citou Cruzeiro do Sul foi ruim, quando o correto era ter se referido a Rio Branco, pois era aqui que estava instalado o esquadrão da morte, que hoje está na cadeia.

Então, resumindo foi desse passado que o companheiro falou. E se equivocou ao citar Cruzeiro do Sul, não é justo ou correto ficarem nessa pressão na imprensa e nos blogs. E agora, na tribuna, exigindo e cobrando dos Deputados do Junú que tomem uma posição e repudiem as declarações do Carioca. Estão inflamando contra o povo do Junú. Isso é que não é correto.

Quero lembrar que sou do Partido Comunista do Brasil, mas como estão citando muito o Partido dos Trabalhadores, é bom a Oposição não esqueça que o asfalto está chegando em Cruzeiro do Sul, coisa que vocês não conseguiram fazer.

No Junú estão sendo construídas quatro pontes, inclusive os editais foram publicados no Diário Oficial. Os insuros já estão no pé das doras. E os que irão fazer campanha, caso forem pela estrada, terão que passar sobre essas pontes e transitar pelo asfalto; se forem de avião descerão no mais belo e moderno aeroporto do Acre, que fica em Cruzeiro do Sul. O Hospital do Junú é um dos mais bonitos do Acre e o Governador Binho Marques já investiu 84 milhões só na área de Saúde, sem falar na área da construção e nos recursos humanos.

Muito obrigado!
(Sem revisão do orador)

Deputado MAZINHO SERAFIM (Líder do PSDB) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Imprensa, visitantes que se encontram no Salão do Povo, esse foi o meu café da manhã, fui chegando neste Plenário e o Deputado Moisés Diniz foi logo citando o meu nome e por isso me inscrevi, pois estou passando momentos difíceis com minha filha, que há mais de dez

dias está internada. Inclusive o Deputado Josemir Anute acabou de vir do hospital.

Quero dizer ao Deputado Moises Diniz que quando eu proferi aquelas ofensas ao Carioca em seguida pedi desculpas, não sei se V. Exª lembra disso. Porém, esse cidadão tem dirigido ofensas, no jornal, ao povo de Cruzeiro do Sul. Todos já conhecem a sua arrogância. Lembro-me de que quando tivemos aquele problema, eu perguntei por que ele não saía candidato a Deputado Estadual e ele respondeu que não faria isso porque tinha estudado, chamando todos os políticos de burros. Ele só é Secretário de Estado hoje, porque tem políticos da Base de Sustentação para apoiá-lo. Ele se sente o todo poderoso para fazer o que está fazendo, chamando até o povo de burro. Então é difícil falarmos de uma pessoa desta porque o povo do Acre já o conhece. Quando tive aquele problema com ele, eu andava pelas ruas e as pessoas me cumprimentavam, abraçavam-me porque eu fiz o que muitos queriam fazer e não tinham coragem.

Deputado LUIZ CALIXTO (Líder do ESL – EM APARTE) – Deputado Mazinho Serafim, se estávamos esperando palavras de reprovação ao Carioca, aconteceu o contrário, pois já surgiu o primeiro para defendê-lo, que foi exatamente da liderança do Governo. Portanto, já não é mais uma palavra do Carioca, como o Deputado quis mostrar. "É o Carioca isolado". Não. É uma posição de Governo. Eu não me recordo de ter lido uma linha sequer onde a ausência do Estado de direito se refira ao narcotráfico. Até porque, se fosse assim, teria que se referir ao Orleir Careli. Ninguém aqui foi mais chamado de traficante e de corrupto que o padrinho do PT no Vale do Junú. O Hildebrando Pascoal teria que falar que quem deu a passagem para matar Clerismar foi o Gabinete do Governador, do qual o Senhor César Messias faz parte. É grande esse preconceito que o Carioca tem em relação ao Vale do Junú, pois inclusive declarou a ausência do Estado de direito no Município de Cruzeiro do Sul, quando disse que os taxis não têm taxímetro, que lá todos se vendem por um sacolão, por favores pessoais; que lá em Rodrigues Alves não se paga água, que não tem ordem, que é preciso o Ministério Público atuar. O Carioca fala da Universidade como se ele fosse o patrono. A Universidade está no interior há muito tempo, temos aqui vários Deputados que se formaram lá. Os cursos eram menores, mas tudo evoluiu. Então eu não vou aceitar ameaças nem fazer concessões. Como são maioria, se quiserem podem recusar requerimentos, que eu apresentei. Se quiserem tomar providência contra qualquer um, façam! Agora, nada de ameaça! Porque nós não viemos aqui ameaçar, inclusive eu fui muito decente ao afirmar que não acreditava que a Bancada do Junú avalizasse as palavras do Carioca e umas dez vezes citamos o nome da Deputada Perpetua Almeida. Agora calma. Portanto, meu querido Deputado Mazinho, gostaria de dizer que V. Exª é testemunha de que não concordei com o seu discurso, tanto é que pedi aqui e depois V. Exª se redimiui. Que o Carioca faça a mesma coisa, adote o mesmo procedimento, peça desculpas, se penitencie.

Deputado MAZINHO SERAFIM (Líder do PSDB) – Deputado Luiz Calixto, um pedido de desculpas vindo de mim todos entendem que é sincero, pois todos sabem a pessoa que eu sou. Porém, um pedido de desculpas do Carioca, todos sabem que não é verdadeiro. Não tem como ele pedir desculpas. Pode até pedir, mas ele tem que pedir diretamente para Deus, porque o povo não vai entender. Entendo que o Deputado Moisés Diniz está nervoso, mas tenho certeza de que quando ele colocar a cabeça no travesseiro vai pensar bem no que está falando, quem ele está defendendo. Depois, nos bastidores vamos conversar a respeito disso. Tenho certeza de que ele vai nos pedir desculpas.

Deputada IDALINA ONOFRE (Líder do PPS – EM APARTE) – Deputado Mazinho, na época em que V. Exª chegou à tribuna e pediu desculpas, pois estava nervoso, eu lhe parabeneizei pela grandeza do seu gesto. Mas V. Exª disse que eu ia fazer o mesmo e eu tenho vontade de fazer isso. Mas no meu caso, eu não chamei o Secretário de cachorro e não estou pedindo para ninguém me defender.

Deputado MAZINHO SERAFIM (Líder do PSDB) – Quero hoje, no nosso retorno, que esta Casa siga por outros caminhos. Ontem, à tarde, vi a baivaria que se encontra o Senado Federal. Vi o Senador Pedro Simon, um homem com mais de trinta anos de carreira no Senado passando por uma humilhação e a tropa de choque do Presidente Lula, querendo colocar palavras na sua boca. Foi como aconteceu com o ex-Presidente Collor de Melo, em defesa do Lula, que vergonha. Não façamos isso, vamos tocar esse segundo semestre com muito trabalho e muitos projetos.

Obrigado, Senhor Presidente.
(Sem revisão do orador)

Deputada ANTONIA SALES (PMDB) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu ia abordar um outro tema, mas já que o debate está acalorado e ninguém quer aceitar que o Secretário de Governo errou, eu afirmo: errou feio, ofendendo uma região tão hospitaleira, tão aguerriada como o Vale do Junú, acima de tudo, Cruzeiro do Sul. Eu vou pedir aos cruzeirenses, principalmente na Câmara de Vereadores que façam uma

Moção de Aplauso à Deputada Federal Perpétua Almeida, pela coragem com que ela, apesar de ser da Base do Governo, manifestou-se a respeito desse assunto, dizendo em nota à Imprensa que era melhor o Carioca fechar a sua matraca. Ora, o Carioca é assessor do Governo, então ele fala em nome de quem? Em nome do Governo, está mais claro de que água.

Fazendo uma retrospectiva do meu primeiro mandato nesta Casa, quando o então Presidente da Assembléia Legislativa o Deputado Sérgio Oliveira, hoje, Deputado Federal, só falava em Carioca. Era Carioca para cá, Carioca para lá. Eu pensava até que o Carioca era uma espécie de segundo Governador. Então eu perguntei ao Presidente, Deputado Sérgio Oliveira: "Deputado, quem é mesmo esse Carioca que todo mundo fala?" Aí ele me respondeu: "Deputada, V. Exa. não perde nada não o conhecendo". Isso ficou na minha cabeça e algum tempo depois numa reunião do Sindicato da Saúde eu vim a saber que um rapaz que se manifestava com o nariz empinado, petulante, arbitrário, ditadorzinho, seguidor de Hugo Chaves, era o Carioca.

Agora, já estou no segundo mandato e este cidadão ainda manda e desmanda, diz o que quer e ninguém faz nada, eu acho que ele deveria fazer uma nota pedindo desculpas ao povo do Vale do Juná. Aí sim, ele estaria agindo decentemente, reconhecendo que errou em chamar um povo ordeiro de anarquista. Se o povo, hoje, pede aos Deputados ou ao Governador que vá lá, significa que o Governo está sendo omissos nas suas responsabilidades.

Estou cansada de ouvir aqui o Deputado Nogueira Lima se manifestar dizendo que têm pessoas que vão até a sua residência pedir um exame ou uma receita, isso é clientelismo? Isso significa omissão do Governo do Estado, porque ele é o responsável pela nossa Saúde, pela nossa Segurança, pela nossa Educação, pelo lazer e por tudo que temos direito. Então, Senhor Presidente, eu acho que o mínimo que esse cidadão pode fazer é pedir desculpas nos meios de comunicação à população do Vale do Juná.

(Sem revisão do orador)

Deputado DELORGEM CAMPOS (Líder do PSB) – Senhor Presidente, Senhores Deputados e Deputadas, acreanos que assistem os trabalhos desta Casa, sejam bem-vindos. O meu assunto aqui não é Copacabana e nem Carioca. Eu vim fazer o registro do trágico acidente ocorrido na tarde de domingo na BR-317 em direção a Brasília. Eu quero aqui em meu nome, da minha família, da família socialista dos Municípios de Brasília e Epitaciolândia, externar o meu sentimento de solidariedade cristã ao Marcondes pela perda de sua filha.

Infelizmente, todos nós passamos por isso um dia e é uma dor indescritível. E cabe a todos apenas rogar a Deus para que dê forças a essa família. Sobre tudo para a mãe, que é quem verdadeiramente sofre.

Eu soube dessa notícia ao chegar, ontem, a Rio Branco e fiquei muito abalado por conhecer a família do Marcondes. São pessoas trabalhadoras, empreendedoras que vieram para o Acre e se instalaram na fronteira.

Vou requerer uma vistoria rigorosa junto às empresas que prestam serviços nessas BRs. Há muito tempo eu alertei aqui que essa BR não duraria 15, 20 anos saindo o advento da estrada do Pacífico. Em virtude do fluxo de transporte de produtos brasileiros vindos do centro-oeste da Amazônia, ela teria que ser duplicada.

Há poucos dias tivemos o carnaval fora de época, o maior evento cultural que temos no Alto Acre e graças a Deus não houve acidentes. Todos os anos eu ligo para o Secretário do Deracre pedindo que sejam feitos reparos na estrada para evitar acidentes, mas agora aconteceu esse triste episódio. Ainda não temos o resultado técnico e ninguém pode dizer que o acidente ocorreu por embriaguês. Essas pessoas iam retornando para Brasília quando de repente, por conta de um buraco, aconteceu o acidente.

Eu vou e venho de Brasília sempre. E quando eu sair daqui, quando o povo não mais acreditar em mim é lá que eu vou morar e morrer. Criei-me na fronteira e sei que é uma região promissora e que nós temos que dar toda a atenção necessária.

Tenho certeza que é necessário exercer um controle maior sobre essas empresas responsáveis pelas doras nas estradas. Eu já ouvi nas esquinas críticas ao Governo dizendo que no Acre é melhor remendar do que fazer. Nessa BR, por exemplo, existem trechos que foram consolidados e outros que vez em quando são concertados. Eu vou e venho e vejo os operários com picaretas abrindo quadrados, losangos. E por que não fecham a estrada? Agora, mais uma vida foi ceifada e nós não podemos aqui culpar tão somente o condutor do veículo.

Portanto, é necessário que nós exerçamos o controle rigoroso sobre os trabalhos que são feitos nas BRs, até porque qualquer um de nós aqui, independente de sermos de Oposição ou de Situação, podemos passar por um problema semelhante, sem contar que se trata de dinheiro público e tem que ser fiscalizado. O Governo já faz a parte dele, mas tem que ter um acompanhamento, a exemplo do que existe hoje no mar das indústrias, do comércio e dos serviços.

Estou aqui estendendo, mais uma vez, o nosso sentimento, sobretudo à mãe dessa criança, que a carregou em seu ventre durante nove meses. É ali a sua primeira morada, é onde recebe os primeiros carinhos, onde a mãe conversa com o bebê. Após dar luz a nova morada dessa criança, antes do mundo, é o coração da mãe. É legítima a teoria de que para as mães os

filhos nunca crescem. A minha mãe tem setenta e oito anos e para ela eu ainda sou uma criança.

Muito obrigado.

(Sem revisão do orador)

Deputada IDALINA ONOFRE (Líder do PPS) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu fico triste quando sou acusada de não conhecer mais nem a rua que moro, de achar que as coisas boas estão em Curitiba. Em Curitiba está, não digo a estátua, o monumento mais bonito, mas uma das pessoas mais bonitas, que é a minha filha e é por esse motivo que eu vou a Curitiba, porque eu vou visitar a minha filha. Porém, nunca fui ao Rio de Janeiro, a Bahia. As minhas férias eram lá em Mâncio Lima na casa do Senhor Antônio Rodrigues, escutando histórias e eu não moro no sul do país ou em Curitiba porque não quero e, acima de tudo, porque amo o meu Estado. Se não fosse por amor, eu não estaria mais aqui, porque o poder não me subiu à cabeça.

Deputado Nogueira Lima, não sei por que um cacho de uva assustou tanto. Foi tirada uma foto tão inocentemente na minha casa! Porque primeiro que eu gosto de plantar e também gosto de mostrar que plantando tudo dá. Na casa do meu amigo Dim, lá em Cruzeiro do Sul, tem maçã. Isso ninguém sabe, mas dá maçã no Acre.

Eu antes comentava a grandeza do Deputado Mazinho, que pediu desculpas por dizer que ia bater no Carioca. Mas eu não chamei o Secretário "fulano de tal" de cachorro não. Se eu tivesse chamado eu pediria desculpas. Eu apenas perguntei quem era aquela pessoa que estava lá, que eu não conhecia. E a resposta de várias pessoas foi a que repeti aqui. Então, Senhores, não vou pedir desculpas e não quero que nenhum Deputado de Oposição o faça por um erro que eu não cometi.

Fui acusada de não conhecer a rua da minha casa, porque dificilmente eu ando por ela, já que o meu tempo só dá para ir aos ramais, ao hemonúcleo, aos hospitais, tentar melhorar a vida de quem ama o seu Estado e não quer sair daqui.

Obrigada.

(Sem revisão do orador)

Deputado NOGUEIRA LIMA (Líder do DEM) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, voltando ao assunto da Reserva Chico Mendes, o PT e o PC do B não têm vez nesse local. Eu nunca tinha ido lá, Deputado Chagas Romão.

Senhor Presidente, por discutimos essa política maravilhosa fomos ameaçados. Nunca tinha acontecido isso aqui na Assembleia. Não tenho medo de cara feia. Moro na 6 de Agosto, nasci no Estado do Acre, sou acreano de coração e meu pai já dizia: "ninguém corre com medo de sombra, tem que ver o bicho".

E lá na Reserva Chico Mendes o bicho está solto, Deputado Chagas Romão. E esse Governo irresponsável não faz nada, como não toma nem um posicionamento a respeito do que o seu assessor não sei das quantas faz, porque ele só pratica tirania e não democracia; ditadura e não Estado de direito. É isso que a Frente Popular faz.

As pessoas que vivem na Reserva Chico Mendes, na Colônia Dois Irmãos precisam de uma política agrícola, de alimentos para sobreviverem. Aí vem um secretário-zinho de agricultura fazer farra com a cesta básica, dizendo que aquela seria a agricultura familiar do nosso Estado.

Recentemente implantaram uma indústria de pasteurização no Estado, mas como vamos produzir leite se estamos proibidos de criar vaca? Isso é chantagem, fazer múdia como fez aqui o Líder do Governo ao defender o indefensável, um cidadão que fala pela Frente Popular. Obrigado.

(Sem revisão do orador)

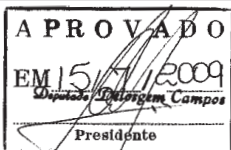
O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) – Convocamos os Senhores Deputados, para que, no tempo destinado a Ordem do Dia, possamos nos reunir no centro do plenário, para fechamos a agenda legislativa de agosto.

Está suspensa a presente Sessão. (PAUSA)

Reabertos os trabalhos, não havendo Matéria a ser votada na Ordem do Dia e nem oradores inscritos na Explicação Pessoal, declaramos encerrada a presente Sessão e convocamos outra para dia e hora regimental.

ERRATA : No Diário Oficial da Aleac n. 3.757, nas Extraordinárias onde está escrito: 14 de junho; leia-se 14 de julho;

No Diário Oficial da Aleac n. 3.758, nas Extraordinárias onde está escrito: 15 de junho; leia-se 15 de julho.

SUBSECRETARIA DE ATIVIDADES
LEGISLATIVAS

PARECER N. 1 /2009
PROJETO DE LEI N. 12/2009
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
EMENTA: "Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2010."

RELATOR: Deputado DELORGEM CAMPOS

I – RELATÓRIO

Nas diretrizes insertas nos arts. 24 § 2º c/c 268, ambos da Resolução n. 86/90- Regimento Interno desta Casa Legislativa chega a esta Comissão, capeada pela mensagem governamental n.393, de 14 de maio de 2009, a proposição acima ementada, para apreciação e ao final exarar parecer.

A propositura em tela vem acompanhada dos anexos de metas e prioridades que compõem a matéria orçamentária Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e portfólio de programas estruturantes e seus respectivos projetos prioritários, tendo em vista que esses programas são estratégicos para o desenvolvimento do Estado. Vale ressaltar que, tais projetos terão alocação prioritária de recursos financeiros, dos quais se esperam os maiores impactos para o benefício da sociedade.

Estas ações representam, fundamentalmente, as principais diretrizes oriundas do planejamento estratégico, tendo em vista o alcance dos macros objetivos. Para tanto, eles serão monitorados intensivamente, visando o cumprimento das metas, através de indicadores de eficiência, eficácia e efetividade que permitirão visualizar o cumprimento das políticas públicas.

Consoante os objetivos da LDO-2010, o Governo do Estado do Acre pretende garantir o equilíbrio fiscal, a eficiência e a economicidade das ações, com a obtenção de *superávits* primários, mantendo a meta de garantir investimentos nos setores produtivos e sociais do Estado do Acre e a oferta de serviços públicos de qualidade.

Assim, com base em tais considerações, evidencia-se que a proposta Normativa permitirá a aplicação de investimentos públicos em prol do desenvolvimento econômico e social do Estado do Acre.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO tem a função precípua de traçar o caminho a ser seguido pelos orçamentos anuais os quais compreendem o orçamento fiscal, o orçamento de investimento e orçamento da seguridade social, coadunando-se aos ditames, objetivos, às diretrizes e às metas estabelecidas pelo Plano Plurianual.

II – PARECER

Consoante os objetivos da LDO – 2010, o Governo do Estado garante o equilíbrio fiscal, a eficiência e a economicidade das ações, com a obtenção dos *superávits* primários, mantendo a preocupação de garantir investimentos nos setores produtivos e sociais do Estado e a oferta de serviços públicos de qualidade.

Nesta ordem e estando consolidada ao comando constitucional a competência reservada ao Chefe do Poder Executivo para propor a matéria, é imperativo reconhecer que a admissibilidade desta norma legal está em perfeita simetria com o ordenamento jurídico constitucional vigente. (art. 54, § 1º, III c/c art. 78, III; e art. 159, § 2º, todos da Constituição Estadual.)

Dizemo-nos, por isto mesmo, inteiramente favorável à **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei n. 12/2009, respeitando, todavia, a decisão dos demais membros desta Comissão e do soberano Plenário desta Corte Legislativa.

E o Parecer.
S. M. J.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
15 de julho de 2009

Deputado DELORGEM CAMPOS
Relator

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado DELORGEM CAMPOS (PSB)

VICE-PRESIDENTE: Deputado CHAGAS ROMÃO (PMDB)

TITULARES:

Deputados:

HELDER PAIVA (BPR)
FRANCISCO VIGA (PT)
MAZINHO SERAFIM (PSDB)

SUPLENTE:

Deputados:

LUIZ CALIXTO (sem partido)
NEY AMORIM (PT)
MOISÉS DINIZ (BPR)
JOSÉ CARLOS (PTN)
LUIZ GONZAGA (PSDB)

PROJETO DE LEI N. 12/2009

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2010."

À Comissão O. Financeira
Para Parecer
15.07.09

EMENDA MODIFICATIVA N. 01 /2009

Art. 1º O § 3º do art. 11, do Projeto de Lei n. 12 de 14 de maio de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 3º O valor das emendas parlamentares será limitada em duzentos mil reais, e seu remanejamento originado no valor da Reserva de Contingência, cujo valor deverá ser suficiente para atender ao total das emendas referentes neste parágrafo".

Sala das Sessões "Deputado Francisco Cartaxo",
15 de julho de 2009

Deputado LUIZ CALIXTO

À Comissão O. Financeira
PI parecer
15.07.09

PROJETO DE LEI N. 12/2009

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2010."

EMENDA MODIFICATIVA N. 2 /2009

O § 3º do art. 11, do Projeto de Lei n. 12, de 14 de maio de 2009, passa a vigorar com a seguinte Redação:

§ 3º O valor das emendas parlamentares individuais será de 100 mil reais consignadas na Reserva de Contingência.

Sala das Sessões "Deputado Francisco Cartaxo",
15 de julho de 2009

Deputado JOSÉ LUIZ

PROJETO DE LEI N. 12/2009

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2010."

À Comissão O. Financeira
PI parecer
15.07.09

EMENDA MODIFICATIVA N. 3 /2009

O art. 12, do Projeto de Lei n. 12, de 14 de maio de 2009, passa a vigorar com a seguinte

Redação.

"Art. 12 A Lei Orçamentária Anual conterá reserva de contingência em montante de até dois por cento da receita corrente líquida."

Sala das Sessões "Deputado Francisco Cartaxo",
15 de julho de 2009

Deputado JOSÉ LUIS

A Comissão de Finanças
PI parecer
15.07.09

PROJETO DE LEI N. 12/2009
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
EMENTA: "Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2010."

EMENDA ADITIVA N. 01 /2009

Art. 1º Adite-se § 4º ao art. 11, do Projeto de Lei n. 12 de 14 de maio de 2009.

"§ 4º A execução das dotações orçamentárias previstas no artigo anterior deverá, obrigatoriamente, ocorrer até 30 de junho de 2010".

Sala das Sessões "Deputado Francisco Cartaxo",
15 de julho de 2009

Deputado LUIZ CALIXTO

APROVADO
Em 15/7/2009
Deputado Delorgem Campos
Presidente

PROJETO DE LEI N. 12/2009
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
EMENTA: "Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2010."

PARECER N. 2 /2009
REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Orçamento e Finanças apresenta a seguinte Redação Final ao Projeto de Lei n. 12/2009, de autoria do Poder Executivo, que "Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2010."

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro"
15 de julho de 2009

Deputado CHAGAS ROMÃO
Relator

APROVADO
Em 1/8/2009
Presidente

PROJETO DE LEI N. 12/2009
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
EMENTA: "Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2010."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
Das Disposições Preliminares

Art. 1º Cumprindo o disposto nos arts. 150, 152 e 159 da Constituição Estadual, combinado com o inciso II do art. 35, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da

Constituição Federal e o disposto na Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, esta lei estabelece as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2010, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da administração pública estadual;
- II - as diretrizes gerais para a elaboração da proposta orçamentária;
- III - a organização e estrutura da lei orçamentária;
- IV - as diretrizes do orçamento fiscal, da seguridade social e investimento;
- V - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Estado; e
- VI - as disposições gerais.

Parágrafo único. Integram ainda, esta lei os Anexos de Metas e de Riscos Fiscais, em conformidade com o que dispõem os §§ 1º, 2º e 3º do art. 4º da Lei Complementar Federal n. 101, de 2000.

CAPÍTULO II
Das Prioridades e Metas da Administração Pública Estadual

Art. 2º O Anexo de Metas e prioridades da Administração Pública Estadual para o exercício de 2010 está em consonância com os macros objetivos, diretrizes e prioridades definidas na Lei n. 1.972, de 27 de dezembro de 2007, que instituiu o Plano Plurianual para o quadriênio de 2008-2011.

§ 1º As prioridades e metas para o exercício de 2010 deverão levar em consideração as seguintes orientações definidas do Plano Plurianual 2008 - 2011:

a) objetivos estratégicos:

- I - garantir serviços públicos básicos de qualidade para todos;
- II - Fortalecer O Setor Privado Para Consolidar Uma Economia Limpa, Justa E Competitiva, em Forte Base Florestal; e
- III - promover o empoderamento das comunidades.

b) níveis de ação:

- I - garantir um patamar mínimo de sobrevivência e/ou integridade física do cidadão;
- II - promover o direito ao desenvolvimento pessoal que contribua para elevação da autoestima do cidadão;
- III - garantir os serviços básicos universais e o pleno exercício da cidadania a todos os cidadãos; e
- IV - promover atividades produtivas sustentáveis no Estado.

c) áreas de coordenação:

- I - economia sustentável;
- II - social;
- III - infraestrutura; e
- IV - gestão e finanças.

§ 2º As ações governamentais serão realizadas mediante programas estruturantes, compostos por diversos projetos prioritários, inteirados por programas complementares formados por

§ 3º Os projetos prioritários e complementares serão executados no âmbito dos órgãos setoriais e os programas estruturantes e complementares serão monitorados e acompanhados pela Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN.

CAPÍTULO III
Das Diretrizes Gerais para Elaboração da Proposta Orçamentária

Art. 3º A Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2010 será elaborada conforme esta lei, observadas as normas da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964, que institui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, a Portaria n. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério de Estado do Orçamento e Gestão, que atualiza a discriminação da despesa por funções e a Lei Complementar Federal n. 101, de 2000.

Art. 4º No Projeto de Lei Orçamentária Anual, as receitas e despesas serão orçadas a preços de agosto de 2009.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária Anual indicará o limite da variação de preços a partir do qual poderá ser feita a atualização monetária do orçamento, bem como os indicadores econômicos a serem utilizados.

Art. 5º Não poderão ser apresentadas emendas ao Projeto de Lei Orçamentária que anulem o valor de dotações orçamentárias com recursos provenientes de:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - recursos vinculados por lei;

III - recursos próprios de entidades da administração indireta;

IV - contrapartida obrigatória do tesouro estadual a recursos transferidos ao Estado;

V - recursos destinados a obras não concluídas ou não iniciadas da administração direta e indireta, consignados no orçamento anterior;

VI - juros e encargos da dívida; e

VII - recursos de convênios, doações e operações de créditos com entidades nacionais e internacionais.

Art. 6º A Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2010 deverá conter dotação específica para contrapartida de convênios, contratos, operações de crédito e outros instrumentos congêneres.

§ 1º A execução de créditos aos órgãos e entidades estaduais responsáveis pela execução dos convênios estará condicionada à garantia de ingresso dos recursos a serem transferidos ao Estado nos termos da presente lei.

§ 2º A movimentação de créditos orçamentários e recursos financeiros para contrapartida de convênios, contratos, operações de crédito será executada mediante anuência da SEPLAN.

§ 3º A SEPLAN e a Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de uma Comissão Técnica denominada Junta de Programação Orçamentária e Financeira decidirão sobre eventuais alterações no orçamento vigente.

Art. 7º A Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2010 deverá estar em conformidade com a estrutura organizacional-administrativa dos órgãos e entidades que integram a administração direta e indireta do Estado do Acre.

Art. 8º As metas e prioridades consignadas na Lei Orçamentária Anual, através das ações (projetos, atividades e operações especiais) para o exercício de 2010 deverão estar estritamente em conformidade com a plataforma de planejamento governamental definida no Plano Plurianual - PPA – 2008-2011, delineadas no art. 2º desta lei.

Parágrafo único. A funcional-programática da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2010 deverá, em sua classificação, conter dispositivos que possibilitem o monitoramento dos programas estruturantes e seus respectivos projetos prioritários, bem como dos programas complementares e seus respectivos projetos.

Art. 9º A Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2010 conterá dispositivos para adaptar as receitas e despesas e os limites de execução orçamentária e financeira aos efeitos econômicos de:

I - realização de receitas não previstas;

II - realização inferior, ou não realização de receitas previstas;

III - catástrofes de abrangência limitada;

IV - alterações na estrutura organizacional ou na competência legal ou regimental de órgãos, entidades e fundos dos Poderes do Estado; e

V - alterações conjunturais da economia nacional e/ou estadual, inclusive as decorrentes de mudanças na legislação.

CAPÍTULO IV

Da Organização e Estrutura da Lei Orçamentária

Art. 10. A organização estrutural do Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro do ano de 2010 estará em estrita observância aos arts. 150, 153 a 159 e 165 da Constituição Estadual; art. 22 da Lei Federal n. 4.320, de 1964; Lei Complementar Federal n. 101, de 2000 e Portaria n. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério de Estado de Orçamento e Gestão.

Parágrafo único. As entidades que poderão ser contempladas com subvenção social terão que estar cadastradas e regularizadas junto ao Conselho Estadual de Assistência Social.

Art. 11. Na Lei Orçamentária Anual constará demonstrativo das emendas aprovadas pela Assembleia Legislativa, detalhando o órgão, número do projeto ou atividade, elemento de despesa, fonte e valor.

§ 1º As emendas para modificação nas receitas e despesas constantes no projeto de Lei Orçamentária serão apresentadas da mesma forma e nível de detalhamento estabelecido no caput deste artigo.

§ 2º As emendas parlamentares ao projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2010 deverão, sempre que possível, estar em conformidade com os programas estruturantes e projetos prioritários do Governo do Estado do Acre.

§ 3º O valor global das emendas parlamentares não deverá ultrapassar o limite de vinte por cento da reserva de contingência, cabendo à Comissão de Orçamento e Finanças da Assembleia Legislativa do Estado do Acre definir a quantidade e o valor das emendas individuais, bem como o limite para cada parlamentar.

Art. 12. A Lei Orçamentária Anual conterá reserva de contingência em montante de até um por cento da receita corrente líquida.

Art. 13. Não poderão ser incluídas na Lei Orçamentária e suas alterações, despesas à conta de investimentos em regime de execução especial, ressalvados:

I - os casos de calamidade pública, na forma do Parágrafo único do art. 162 da Constituição Estadual; e

II - os créditos reabertos, de acordo com o que dispõe o art. 162 da Constituição Estadual.

CAPÍTULO V

Das Diretrizes do Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos

SEÇÃO I

Das Diretrizes Comuns

Art. 14. Os orçamentos fiscais e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Estado, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive as especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do tesouro estadual.

§ 1º Excluem-se do disposto neste artigo as empresas e sociedades de economia mista que recebam recursos do Estado apenas sob a forma de:

I - participação acionária;

II - pagamento pelo fornecimento de bens e pela prestação de serviços; e

III - pagamento de empréstimos, aval e financiamentos concedidos.

§ 2º Os investimentos das empresas públicas e sociedades de economia mista a que se refere este artigo constarão, também, do orçamento previsto no inciso II, do art. 153 da Constituição Estadual.

Art. 15. As despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo, do Poder Legislativo, neste abrangido o Tribunal de Contas, do Poder Judiciário e do Ministério Público obedecerão ao limite estabelecido na Lei Complementar Federal n. 101, de 2000.

Art. 16. Constarão do projeto de Lei Orçamentária Anual as despesas com juros, encargos e amortizações das dívidas, das operações contratadas ou com prioridades e autorizações concedidas pela Assembleia Legislativa.

Art. 17. As transferências voluntárias de recursos para municípios, através de convênios, acordos ou instrumentos congêneres, ressalvadas as destinadas a atender casos de calamidade pública, somente poderão ser realizadas se o município beneficiado comprovar que:

I - instituiu e regulamentou todos os tributos que lhe cabe previstos nos arts. 137 e 144 da Constituição Estadual;

II - arrecada todos os impostos que lhe cabem previstos no art. 144 da Constituição Estadual, exceto, se for o caso, as contribuições de melhoria;

III - atende ao disposto no art. 197 da Constituição Estadual;

IV - as prioridades municipais estão em consonância com os objetivos estratégicos de governo identificados no art. 2º desta lei; e

V - comprovar adimplência com o Estado do Acre, no tocante aos convênios oriundos das transferências voluntárias.

Art. 18. Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios com entidades privadas sem fins lucrativos, objetivando a concessão de subvenção social, auxílios e contribuições.

Art. 19. O Poder Executivo poderá destinar na Lei Orçamentária Anual dotação orçamentária para manter as unidades descentralizadas sediadas nos municípios interioranos, exclusivamente para atender a execução orçamentária e financeira no cumprimento das metas e prioridades dos planos de governo.

Art. 20. As receitas próprias de órgãos, fundos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas e sociedades de economia mista, serão programadas para atender, prioritariamente, despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, contrapartidas de operações de créditos e de convênios e, posteriormente, outros de sua manutenção e investimentos prioritários, respeitadas as peculiaridades de cada um.

SEÇÃO II

Das Diretrizes Específicas para os Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário e para o

Ministério Público Estadual

Art. 21. As propostas orçamentárias da Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça e do Ministério Público do Estado do Acre referem-se a percentuais das receitas do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE e Impostos sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transportes Interestaduais e Intermunicipais e de Comunicação - ICMS e das demais receitas tributárias líquidas, deduzidos os repasses aos municípios, as transferências e obrigações constitucionais e a do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, sendo: Assembleia Legislativa do Estado do Acre – 5,3% (cinco inteiros e três décimos por cento); Tribunal de Contas do Estado do Acre – 1,9% (um inteiro e nove décimos por cento); Tribunal de Justiça do Estado do Acre – 8% (oito por cento) e Ministério Público do Estado do Acre – 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento).

SEÇÃO III
Das Diretrizes Específicas do Orçamento Fiscal

Art. 22. O orçamento fiscal centralizará as estimativas de arrecadação e recolhimento no tesouro estadual, inclusive com relação aos recursos oriundos das autarquias, fundações, fundos, empresas públicas e sociedades de economia mista, em conformidade com o art. 3º desta lei.

Art. 23. Constarão do Projeto de Lei Orçamentária Anual os recursos do tesouro estadual destinados às autarquias, fundações, empresas públicas e sociedade de economia mista e serão apresentados nos orçamentos próprios dessas instituições.

Art. 24. Os recursos do tesouro estadual somente poderão ser programados para atender despesas de capital, depois de atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais e serviços da dívida.

Art. 25. O projeto de Lei Orçamentária Anual poderá estabelecer a abertura de créditos adicionais suplementares, de acordo com o disposto nos arts. 7º e 43 da Lei Federal n. 4.320, de 1964.

Art. 26. As programações custeadas com recursos de operações de créditos ou, ainda, oriundas de convênios e/ou transferências voluntárias ainda não formalizadas, serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 27. As dotações para formação de estoques reguladores e para aquisição de bens serão orçadas considerando a disponibilidade de recursos do governo estadual, buscando a estabilização da oferta e da disponibilidade estratégica de produtos essenciais ao abastecimento interno.

Art. 28. O projeto de Lei Orçamentária Anual destinará recursos para pagamento de sentença judicial, quando for o caso, obedecido o disposto no art. 100 da Constituição Estadual e de acordo com a Lei Complementar Federal n. 101, de 2000.

SEÇÃO IV
Das Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. 29. O orçamento da seguridade social obedecerá ao definido nos arts. 194, 196, 201 e 203 da Constituição Federal e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

- I - das contribuições sociais a que se referem os incisos I, II e III do art. 195 da Constituição Federal;
- II - das receitas de quaisquer órgãos, fundos e entidades classificadas como “serviços de saúde”;
- III - da contribuição para plano de seguridade social do servidor, que será utilizada para despesas com encargos previdenciários do Estado;
- IV - do orçamento fiscal;
- V - das demais receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos, fundos e entidades que integram, exclusivamente, este orçamento; e
- VI - das operações de créditos, transferências e doações destinadas aos órgãos, fundos e entidades que devam integrar, exclusivamente, este Orçamento.

Art. 30. O orçamento da seguridade social discriminará a transferência de recursos do Estado aos Municípios, para execução descentralizada das ações de saúde e assistência social, conforme estabelecida nos arts. 198 e 204 da Constituição Federal.

SEÇÃO V
Das Diretrizes do Orçamento de Investimentos

Art. 31. O orçamento de investimento previsto no inciso II do art. 153 da Constituição Estadual será apresentado por cada empresa pública e por sociedade de economia mista em que o Estado detenha a maioria do capital social com direito a voto.

§ 1º O projeto de Lei Orçamentária Anual será acompanhado de um demonstrativo, por empresa, de origem das receitas esperadas, bem como da aplicação destas.

§ 2º O demonstrativo a que se refere o § 1º indicará, pelo menos:

- I - os investimentos correspondentes à aquisição de direitos do ativo imobilizado; e
- II - quando for o caso, os investimentos financiados com operações de crédito, especificamente vinculados ao projeto.

Art. 32. Os montantes das despesas dos orçamentos de investimento não poderão ser superiores aos das respectivas receitas.

CAPÍTULO VI
Das Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária do Estado

Art. 33. Na ocorrência de alterações na legislação federal ou na necessidade de modificação na legislação tributária estadual, o Poder Executivo enviará à Assembleia Legislativa, até o final de cada exercício, projeto de lei dispondo sobre as alterações na legislação de tributos e de contribuições econômicas e sociais.

Art. 34. A concessão ou ampliação de incentivos, isenções ou benefícios, de natureza tributária ou financeira, deverão constar do projeto de Lei Orçamentária e observar o disposto na Lei Complementar n. 101, de 2000.

CAPÍTULO VII
Das Disposições Gerais

Art. 35. O projeto de Lei Orçamentária Anual será enviado pelo Poder Executivo à Assembleia Legislativa, de acordo com o que dispõe o Parágrafo único, do art. 158 da Constituição Estadual, no tocante a prazos e datas limites para recebimento.

Art. 36. Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios e/ou contratos de empréstimos e operações de crédito com entidades governamentais e privadas, nacionais e internacionais, de acordo com as normas e legislações vigentes.

Art. 37. A SEPLAN divulgará, para cada unidade orçamentária dos órgãos, fundos e entidades que integram os orçamentos de que trata esta lei, os quadros de detalhamento de despesas, especificando, para cada categoria de programação, os valores respectivos, conforme normatização citada no art. 3º desta lei.

Parágrafo único. As alterações decorrentes da abertura e reabertura de créditos adicionais integrarão os quadros de detalhamento de despesas.

Art. 38. Na ocorrência em que o projeto de Lei Orçamentária Anual não seja encaminhado para sanção governamental até o dia 31 de dezembro de 2009, conforme o disposto no Parágrafo único do art. 158 da Constituição Estadual, a execução orçamentária poderá ser realizada em cada mês, até a competente sanção governamental, para as despesas relativas a pessoal e encargos sociais, dos serviços da dívida e dos projetos e atividades em execução no exercício de 2009.

§ 1º Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária Anual a utilização dos recursos autorizados neste artigo.

§ 2º Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de procedimento previsto neste artigo serão ajustados, após sanção da Lei Orçamentária Anual, através da abertura de créditos adicionais, com base em remanejamento de dotações, cujos atos serão publicados antes da divulgação dos quadros de detalhamento da despesa a que se refere o art. 37 desta lei.

Art. 39. Fica autorizada a reprogramação e remanejamento dos programas, projetos e atividades entre órgãos do Poder Executivo, desde que não alterem o valor final do orçamento, os quais serão aprovados por ato do governador do Estado.

Art. 40. Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas no orçamento de 2010, essa será feita de forma proporcional ao montante dos recursos efetivamente arrecadados e alocados, também proporcionalmente em relação à dotação inicial destinada a cada Poder, inclusive ao Ministério Público Estadual.

§ 1º Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes, incluído o Ministério Público Estadual, o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 2º O chefe de cada Poder, com base na comunicação de que trata o § 1º, publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação e empenho.

Art. 41. Na elaboração da Lei Orçamentária Anual fica garantida a participação popular através de fóruns, audiências públicas, sessões, reuniões setoriais, dentre outros instrumentos de debate público, onde o Poder Executivo alinhara as demandas estratégicas apresentadas pela sociedade organizada às prioridades governamentais.

Art. 42. Na elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual, deverão ser observadas, as políticas públicas específicas, de acordo com:

- I - a territorialidade definida no Zoneamento Ecológico e Econômico do Acre – ZEE;
- II - as prioridades para as Zonas de Atendimento Prioritário – ZAP’s; e
- III - as possibilidades e oportunidades das Zonas Econômicas de Desenvolvimento – ZED’s.

Art. 43. Fica autorizada a adequação e modernização nos Planos de Cargos e Salários, bem como os ajustes dos salários correspondentes, em conformidade com a Lei Complementar n. 101, de 2000.

Parágrafo único. O Poder Executivo, de acordo com a conveniência da administração e respeitando os limites para despesas com pessoal definidos na Lei Complementar Federal n. 101, de 2000, poderá, mediante avaliação de desempenho, criar instrumentos de gratificação ou outros incentivos para os servidores estaduais.

Art. 44. Fica autorizada a realização de concurso público para provimento de cargos, observando-se o disposto nos arts. 37 e 169 da Constituição Federal; art. 27 da Constituição Estadual e arts. 21 e 22 da Lei Complementar Federal n. 101, de 2000.

Art. 45. A Lei Orçamentária Anual não destinará recursos para atender ações de caráter sigiloso, salvo quando realizadas por órgãos ou entidades cujas legislações que as criaram estabeleçam, entre suas competências, o desenvolvimento de atividades relativas à segurança da sociedade e do Estado e que tenha como pré-condição o sigilo.

Art. 46. A reserva de contingência do orçamento poderá ser reforçada por recursos de outros órgãos e unidades administrativas, como também pela reestimativa da receita e pelo excesso de arrecadação.

Art. 47. Havendo contratação de operação de crédito, em conformidade com a Resolução do Conselho Monetário Nacional n. 3.716 de 17 de abril de 2009, constará obrigatoriamente na Lei Orçamentária Anual – LOA/2010, dotações orçamentárias correspondentes ao montante de R\$ 68.420.000,00 (sessenta e oito milhões, quatrocentos e vinte mil reais) para financiamento das despesas de capital previstas no âmbito do Programa Emergencial de Financiamento – PEF.

Art. 48. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 49. Fica revogada a Lei n. 2.014, de 25 de julho de 2008.

Sala das Comissões “Deputado Ilson Ribeiro”,
15 de julho de 2009.

Deputado **CHAGAS ROMÃO**
Relator

III – PARECER

PRESIDENTE: Deputado DELORGE CAMPOS (PSB)
VICE-PRESIDENTE: Deputado CHAGAS ROMÃO (PMDB)

TITULARES:

Deputados:

HELDER PAIVA (BPR)
FRANCISCO VIGA (PT)
MAZINHO SERAFIM (PSDB)

SUPLENTE:

Deputados:

LUIZ CALIXTO (PSL)
NEY AMORIM (PT)
MOISÉS DINIZ (BPR)
JOSÉ CARLOS (PTN)
LUIZ GONZAGA (PSDB)

Estado do Acre
Assembleia Legislativa
Comissão de Orçamento e Finanças

QUADRO DEMONSTRATIVO DE METAS E PRIORIDADES ÁREA - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO				
AÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL VINCULADAS AOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO				
Programa	Tipo de Ação	Produto	Meta	Valor Previsto
Ação	Projeto	Vagas ofertadas	320 vagas	3.700.000,00
	Projeto	Vagas ofertadas	5.000 vagas	3.180.000,00
		TOTAL DO PROGRAMA		6.880.000,00
FORTALECIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL				
Programa	Tipo de Ação	Produto	Meta	Valor Previsto
Ação	Projeto	Centros implantados	03 Centros	11.521.440,00
	Projeto	Centros amplificados e adequados	04 Centros	3.900.000,00
	Projeto	Sede implantada	01 Prédio	600.000,00
	Projeto	Sistema de gestão fortalecido e modernizado	01 Sistema	1.200.000,00
		TOTAL DO PROGRAMA		16.321.440,00
AÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL VINCULADAS AO SETOR PÚBLICO				
Programa	Tipo de Ação	Produto	Meta	Valor Previsto
Ação	Projeto	Vagas ofertadas	2.100 vagas	2.600.000,00
	Projeto	Vagas ofertadas	800 vagas	660.000,00
	Projeto	Vagas ofertadas	600 vagas	250.000,00
Ação	Projeto	Vagas ofertadas	90 vagas	250.000,00
		TOTAL DO PROGRAMA		3.760.000,00
AÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL VINCULADAS AOS PROGRAMAS DE INCLUSÃO SOCIAL				
Programa	Tipo de Ação	Produto	Meta	Valor Previsto
Ação	Projeto	Vagas ofertadas	7.800 vagas	5.800.000,00
	Projeto	Vagas ofertadas	1.100 vagas	2.160.000,00
		TOTAL DO PROGRAMA		7.960.000,00

Subsecretaria de Administração Legislativa
Rua Afonso Porto Land, n. 241 Centro - CEP 69093-040 - Acre (68) 3213-4030 home page: aelcre.ac.gov.br

16

Estado do Acre
Assembleia Legislativa
Comissão de Orçamento e Finanças

MODERNIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DA GESTÃO DO SISMAT				
Programa	Tipo de Ação	Produto	Meta	Valor Previsto
Ação	Projeto	melhoria da infraestrutura	80%	240.000,01
	Projeto	equipamento permanente de informática	90%	131.128,92
	Projeto	equipamentos diversos	70%	140.788,74
	Projeto	balas e serviços técnicos	100%	10.000,01
	Projeto	equipamentos e materiais permanentes	80%	108.031,77
TOTAL DO PROGRAMA				627.939,45
IMPLEMENTAÇÃO DO ZEE COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO				
Programa	Tipo de Ação	Produto	Meta	Valor Previsto
Ação	Projeto	Zee consolidado com estudos específicos	90%	479.421,49
	Projeto	ZEE consolidado nas ZEDs deficitárias	70%	216.627,00
	Projeto	ZEE consolidado nas ZAPs deficitárias	80%	2.533.787,01
	Projeto	Plano de Gestão de Águas e Recursos Hídricos Elaborado e Implementado	90%	1.359.216,14
	Projeto	ZEE alinhado nas Escolas	80%	547.806,87
	Projeto	Ordenamento Territorial Local dos Municípios elaborado	80%	704.213,95
	Projeto	Gestão Municipal Fortalecida	90%	871.932,00
	Projeto	Gestão Territorial e Ambiental em Temática Indígena Implementada	90%	355.481,26
	Projeto	Métodos massivos (cartilhas, programas de rádio, etc.) desenvolvido para divulgação de procedimentos produtivos sustentáveis e organização comunitária	90%	256.507,20
	Projeto	Planos de Desenvolvimento de Comarcas (POCs) elaborados e em execução	90%	202.500,00

Assessoria de Alcaldades Legislativas

Rua Athílio Velloso Ltd. n. 241 Centro - CEP 69008-040 - Acre (68) 3213-4000 home page: alac.ac.gov.br

17

242625

PROGRAMA	Tipo de Ação	Produto	Meta	Valor Previsto
PROGRAMA Ação Implantar Conselho Gestor das unidades esportivas e supervisionar a elaboração e execução das respectivas planas de desenvolvimento do esporte e lazer local.	Projeto	Conselhos Implantados	14	24.000,00
	TOTAL DO PROGRAMA			24.000,00
PROGRAMA Ação Realizar eventos estratégicos de nível nacional e internacionais.	Projeto	Evento realizado	6	1.000.000,00
	Projeto	Agente qualificado	350	15.772,33
PROGRAMA Ação Realizar convênios com federações e ligas esportivas	Projeto	Convênio realizado	10	1.350.000,00
	Projeto	Laboratório de alto rendimento implantado e instrumentalizado	1	100.000,00
PROGRAMA Ação Implantar bóia atleia estadual através de lei	Projeto	Bóia atleia implantada	30	373.000,00
	Projeto	Parceira realizada	1	40.000,00
PROGRAMA Ação Realizar Cursos de Gestão Esportiva para clubes, federações e ligas.	Projeto	Curso Realizado	1	10.000,00
	TOTAL DO PROGRAMA			2.888.772,33
PROGRAMA Ação Adquirir Nova Área para Ampliação do Parque Industrial	Projeto	Produto	Meta	Valor Previsto
		Área Adquirida	1	1.000.000,00
PROGRAMA Ação Implantar e Infraestrutura Básica na Área de Ampliação do Parque Industrial do Rio Branco		Infraestrutura Básica Implantada	1	4.500.000,00
	TOTAL DO PROGRAMA			5.500.000,00
PROGRAMA Ação Adquirir Equipamentos para o Porto Seco do Acre	Projeto	Equipamentos Adquiridos	100%	4.000.000,00
	TOTAL DO PROGRAMA			4.000.000,00

PROGRAMA	Tipo de Ação	Produto	Meta	Valor Previsto
PROGRAMA Ação Realizar Gestão do Projeto	Projeto	Gestão do Projeto Realizado	1	27.530,00
	Projeto	Trabalhadores Qualificados	302	191.800,00
TOTAL DO PROGRAMA				219.330,00
PROGRAMA Ação Adquirir Equipamentos para Indústria do Beneficiamento da Castanha	Projeto	Equipamentos Adquiridos	100%	2.845.400,00
	Projeto	Equipamentos Adquiridos	100%	230.000,00
PROGRAMA Ação Realizar Campanha de Marketing para Indústrias	Projeto	Campaña de Marketing Realizada	1	344.500,00
	TOTAL DO PROGRAMA			3.520.000,00
PROGRAMA Ação Criação de Vagas de Emprego Através do Serviço SINE/AC	Projeto	Vagas Criadas nas Empresas	6.850	54.000,00
	Projeto	Trabalhadores Habilitados	6.850	40.000,00
PROGRAMA Ação Habilitação ao Seguro Desemprego de Trabalhadores Desempregados	Projeto	Trabalhadores Cobertos	2.600	29.000,00
	Projeto	Trabalhadores Inscritos	12.568	29.000,00
PROGRAMA Ação Enxerto das Nucleas de Alimentação do Trabalhador	Projeto	Nucleas Enxertados	20	28.000,00
	TOTAL DO PROGRAMA			180.000,00
PROGRAMA Ação Realização de pesquisa laboratorial para o conhecimento da base de prevalência de doenças	Projeto	100% das propriedades que conhecem lida aos técnicas apresenta resultados negativos dos exames de brucelose	100%	191.000,00
	Projeto	100% das propriedades que conhecem lida aos técnicas apresenta resultados negativos dos exames de brucelose	100%	200.000,00
PROGRAMA Ação Realização de pesquisa laboratorial para o conhecimento da base de prevalência de doenças	Projeto	100% das propriedades que conhecem lida aos técnicas apresenta resultados negativos dos exames de brucelose	100%	180.000,00
	Projeto	100% das propriedades que conhecem lida aos técnicas apresenta resultados negativos dos exames de brucelose	100%	600.000,00
PROGRAMA Ação Implantação do programa nacional de sanidade dos suínos no Estado	Projeto	100% da zona livre de contaminação de suínos	100%	147.000,00
	Projeto	100% da zona livre de contaminação de suínos	100%	135.000,00

PROGRAMA	Tipo de Ação	Produto	Meta	Valor Previsto
PROGRAMA Ação Implantar a Infraestrutura Comunitária de Apoio do Pólo Moveleiro do Município de São Mateus	Projeto	Infraestrutura Comunitária Implantada	1	1.500.000,00
	Projeto	Equipamentos Adquiridos	100%	2.000.000,00
PROGRAMA Ação Implantar a Infraestrutura Comunitária de Apoio do Pólo Moveleiro do Município de São Mateus	Projeto	Infraestrutura Comunitária Implantada	1	1.500.000,00
	Projeto	Equipamentos Adquiridos	100%	2.000.000,00
PROGRAMA Ação Implantar o Pólo Moveleiro do Município de Tenaúba	Projeto	Pólo Moveleiro Implantado	1	4.500.000,00
	TOTAL DO PROGRAMA			13.500.000,00
PROGRAMA Ação Atividades Instrumentais de Pesagem	Atividade	Instrumentos Alçados	3.612	200.000,00
	Atividade	Instrumentos Alçados	56	15.000,00
PROGRAMA Ação Atividades Instrumentais de Medição da Velocidade	Atividade	Instrumentos Alçados	591	10.000,00
	Atividade	Instrumentos Alçados	37	15.000,00
PROGRAMA Ação Atividades Instrumentais de Medição de Volume	Atividade	Instrumentos Alçados	675	45.000,00
	Atividade	Instrumentos Alçados	378	25.000,00
PROGRAMA Ação Atividades Instrumentais de Medição Médica	Atividade	Instrumentos Alçados	14.555	50.000,00
	Atividade	Instrumentos Alçados	750	15.000,00
PROGRAMA Ação Atividades Instrumentais de Verificação de Produtos Regulamentados	Atividade	Instrumentos Alçados	1.894	35.000,00
	Atividade	Produtos Verificados	356	10.000,00
PROGRAMA Ação Atividades Instrumentais de Verificação de Produtos Regulamentados	Atividade	Registro de Marcas Realizado	30	3.500,00
	Atividade	Registro de Patentes Realizado	10	2.500,00
TOTAL DO PROGRAMA				426.000,00

PROGRAMA	Tipo de Ação	Produto	Meta	Valor Previsto
PROGRAMA Ação Realizar exames laboratoriais para identificar AIE no rebanho equino.	Projeto	100% dos animais que apresentem resultado positivo para Anemia Indolenta Equina (AIE) sejam sacrificados	100%	185.000,00
	Projeto	Realização de uma modernização tecnológica do IDAF realizada	100%	700.000,00
PROGRAMA Ação Implantação do programa nacional de sanidade dos equinos no Estado	Projeto	100% da zona livre de contaminação de equinos	100%	141.524,00
	TOTAL DO PROGRAMA			2.496.524,00
PROGRAMA Ação Realizar Fertilização nas barragens de origem vegetal em transito	Projeto	100% de materiais de origem vegetal fertilizados nos pontos fixos e móveis do Estado	100%	30.000,00
	Projeto	30 pontos monitorados no município de Epitaciolândia, Brasília, Assis Brasil, Porto Acre, Pícolo do Cuiabá, São Mateus, Pícolo de Urandeína, Pícolo de Pícolo-Pícolo e Cuiabá do Sul	30 pontos monitorados	38.000,00
PROGRAMA Ação Realização do diagnóstico do milho de barateiro no Estado	Projeto	100 propriedades produtivas com diagnóstico em todo o Estado	100 propriedades diagnosticadas	68.102,00
	Projeto	Realização do monitoramento da morfoloia do cacauete	100% de monitoramento	25.900,00
PROGRAMA Ação Realização das campanhas de Educação Sanitária	Projeto	4 campanhas de educação sanitária para conscientizar e educar propriedades rurais, sobre controle e emissão de pragas e doenças realizadas em todo o Estado	4	68.259,00
	Projeto	100% das focos emissores	100%	63.359,00
PROGRAMA Ação Realização do controle e monitoramento do manuseio da mandioca	Projeto	200 propriedades produtivas no Sul e Leste	100%	168.000,00
	Projeto	500 propriedades produtivas monitoradas em todo o Estado	100%	311.789,00
TOTAL DO PROGRAMA				774.699,00
PROGRAMA Ação Fertilização do comércio de agrário no Estado do Acre	Projeto	100% das casas que comercializam agrícolas cadastradas e fertilizadas	100%	63.800,00
	Projeto	Realização de amostras de castanhas do Brasil para análise laboratorial	100%	25.499,00
PROGRAMA Ação Fertilização e inspeção nos estabelecimentos que processam produtos de origem vegetal	Projeto	100% dos estabelecimentos que processam produtos de origem vegetal cadastrados no IDAF	100%	31.149,00
	Projeto	100% das amostras classificadas	100%	30.000,00
PROGRAMA Ação Fertilização e inspeção nos estabelecimentos que processam produtos de origem animal	Projeto	100% dos estabelecimentos que processam produtos de origem animal cadastrados no IDAF	100%	38.412,00
	TOTAL DO PROGRAMA			189.859,00

AMPLIAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E GESTÃO DA FÁBRICA DE PRESERVATIVOS MASCULINOS DO MUNICÍPIO DE XAPURI				
PROGRAMA	Ação	Tipo da Ação	Produto	Meta
	Realizar missões técnicas e executar capacitações para 500 extrativistas	Projeto	Missão: Viso às melhorias; Extrativistas capacitados	3 mil missões técnicas e, 500 extrativistas
	Realizar 3 estudos e pesquisas para o desenvolvimento de insumos para produção de preservativos	Projeto	1. Estudo vegetal com potencial para identificação de preservativos identificados; 2. Estudo vegetal com potencial para ação resistentes identificados; 3. Profundização de testes da sementeira nativa identificada;	3 pesquisas
	Produção e distribuição de 100.000.000 de preservativos masculinos	Projeto	Preservativos produzidos e distribuídos na rede de assistência SUS para prevenção de DST e AIDS;	10 milhões de unidades de preservativos e, 1 ação de conscientização de DST e AIDS;
	Finalizar a implantação da Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri	Projeto	Obra: Saneamento Transmissíveis - DST e AIDS; Fábrica e usina implantada	10.455.729,82
TOTAL DO PROGRAMA				14.000,00
CENTRO DE PESQUISAS EM MANEJO FLORESTAL: BASE CERTIFICAÇÃO ANITARY				
PROGRAMA	Ação	Tipo da Ação	Produto	Meta
	Previdência do Centro de Tratamento e Capacitação em Manejo Florestal na FEA (com recursos da infraestrutura pessoal experimentado)	Projeto	Equipar o centro regional de tratamento e capacitação em Manejo Florestal na Floresta Estadual de Acre (FEA)	100%
	Tratamento e capacitação de comunitários, acadêmicos e profissionais do setor florestal público e privado	Projeto	Recursos humanos capacitados em práticas de Manejo Florestal na Amazônia Ocidental	100%
	Infraestrutura para pesquisa na FEA com laboratório e equipamentos	Projeto	Implantar infraestrutura para pesquisa na FEA provida de laboratório e equipamentos	100%
	Melhoria da infraestrutura de curso de Engenharia Florestal da UFAC	Projeto	Fortalecer o curso de Engenharia Florestal da UFAC com o oferecimento de uma infraestrutura de pesquisa	100%
TOTAL DO PROGRAMA				127.500,00

DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS EM MICROEDUAÇÃO DE SEMEANTES FLORESTAIS MATIAS					
PROGRAMA	Ação	Tipo da Ação	Produto	Meta	
	Realização de manejo de produtos não-madeiras	Projeto	Manejo de sementes e banco de espécies nativas	Sementes Manuseadas	
			Manejo de sementes e banco de espécies nativas	250.000,00	
	Desenvolvimento de pesquisas com sementes e plantas ornamentais da flora nativa	Projeto	Realização de pesquisas em propagação in vitro com espécies de epífitas e plantas ornamentais da flora nativa	Pesquisas Realizadas	
			Realização de pesquisas em propagação in vitro com espécies de bambu nativo (Gustafia sp)	100.000,00	
			Protocolos de germinação	Germinação Produzida	
			Experimentos de maturação fisiológica	Experimentos Produzidos	
			TOTAL DO PROGRAMA		
				306.000,00	
ESTUDO E DESENVOLVIMENTO DE DESIGN E TECNOLOGIA DA MADEIRA					
PROGRAMA	Ação	Tipo da Ação	Produto	Meta	
	Estudo tecnológico de espécies florestais nativas	Projeto	05 espécies florestais estudadas	100%	
			49.447,50	70.000,00	
			Projeto	Catálogo de artefatos de bambu nativo	100%
			Projeto	Manual de qualidade de produtos moveleiros	100%
			Projeto	Laboratório de Ensaios de Móveis Implantado	100%
			Projeto	Laboratório de Ensaios Físicos de Madeira Implantado	100%
		Projeto	Laboratório de estudos tecnológicos de bambu implantado	100%	
			TOTAL DO PROGRAMA		
				1.731.447,50	
PROGRAMA DE COMPARAS DA PRODUÇÃO AGROFLORESTAL					
PROGRAMA	Ação	Tipo da Ação	Produto	Meta	
	Programa Estadual de Incentivo à Produção Sustentável Florestal e Agroflorestal Familiar	Projeto	Famílias rurais comercializando a produção agroflorestal nos 22 municípios do Estado	1000 famílias	
			550.732,20	16 municípios	
			Projeto	Programa de Aquisição de Alimentos implantado nos municípios	16.484,00
			Projeto	Famílias rurais abastecendo com alimentos de sua produção em dez municípios do Estado	727.481,67
			TOTAL DO PROGRAMA		
				1.696.657,87	

DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS EM PRODUTOS NATURAIS				
PROGRAMA	Ação	Tipo da Ação	Produto	Meta
	Estruturação do Laboratório de Produtos Naturais	Projeto	Laboratório equipado para complementação das análises de qualidade	100%
	Desenvolvimento de produtos com espécies vegetais amazônicas para a indústria de preservativos	Projeto	Realização de controle de qualidade de produtos naturais	100%
	Completar o cadastro de espécies	Projeto	Realização de controle de qualidade de produtos naturais	100%
	Capacitação na produção de florestais e florestais	Projeto	"Publicar o Compendio da espécie"	1.715.000,00
	Realização de prestação de serviço na área de controle de qualidade de água.	Projeto	Capacitar comunitários, estudantes e técnicos na produção de florestais e florestais	45.000,00
	Implantação do sistema de gestão da qualidade adaptado para prestação de serviço a ANVISA	Projeto	Implantar prestação de serviço na área de controle de qualidade de água.	10.000,00
	Apoio a comunidades de mulheres na implantação de boas práticas de produção de florestais	Projeto	produtos acabados de fabricação de mupitupit	15.000,00
	Implantação do sistema de gestão da qualidade adaptado para prestação de serviço a ANVISA	Projeto	Adequar a implantação da qualidade as normas estabelecidas pela ANVISA - FBRAS	20.000,00
	Implantação do sistema de gestão da qualidade adaptado para prestação de serviço a ANVISA	Projeto	Implantar prestação de serviço na área de controle de qualidade de água.	25.000,00
	Implantação do sistema de gestão da qualidade adaptado para prestação de serviço a ANVISA	Projeto	Implantar prestação de serviço na área de controle de qualidade de água.	2.196.014,00
TOTAL DO PROGRAMA				393.483,75
FORTALECIMENTO DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS				
PROGRAMA	Ação	Tipo da Ação	Produto	Meta
	Selecionar e contratar projetos de pesquisas científicas e tecnológicas	Projeto	Selecionar e contratar projetos de pesquisas científicas e tecnológicas	100%
	Selecionar e contratar projetos de pesquisas científicas e tecnológicas	Projeto	Selecionar e contratar projetos de pesquisas científicas e tecnológicas	100%
	Selecionar e contratar projetos de pesquisas científicas e tecnológicas	Projeto	Selecionar e contratar projetos de pesquisas científicas e tecnológicas	100%
	Selecionar e contratar projetos de pesquisas científicas e tecnológicas	Projeto	Selecionar e contratar projetos de pesquisas científicas e tecnológicas	100%
TOTAL DO PROGRAMA				1.100.000,00
TOTAL DO PROGRAMA				1.100.000,00

DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS EM PRODUTOS NATURAIS				
PROGRAMA	Ação	Tipo da Ação	Produto	Meta
	Realização de estudos e pesquisas relacionadas à FEA	Projeto	Estudos e pesquisas sobre fauna e flora, e estudo de monitoramento da biomassa, recursos e estoque de carbono em florestas, realizados	100%
	Prover a FUNTAC com recursos de infraestrutura	Projeto	Implantação do centro de coleta de referência de botânica, fauna e madeira	100%
	TOTAL DO PROGRAMA			
	TOTAL DO PROGRAMA			
	TOTAL DO PROGRAMA			
	TOTAL DO PROGRAMA			
	TOTAL DO PROGRAMA			
	TOTAL DO PROGRAMA			
	TOTAL DO PROGRAMA			
	TOTAL DO PROGRAMA			
TOTAL DO PROGRAMA				1.500.000,00
ACREDITAÇÃO DOS LABORATÓRIOS E SERVIÇOS TECNOLÓGICOS				
PROGRAMA	Ação	Tipo da Ação	Produto	Meta
	Manutenção da Base Científica	Projeto	Base Científica em Funcionamento	100%
	Monitoramento da Cobertura do Solo	Projeto	Solo Monitorado	100%
	Monitoramento do Desmatamento e queimadas	Projeto	Queimadas Monitoradas	100%
	Monitoramento das Áreas de Proteção do Meio Ambiente	Projeto	Áreas Monitoradas	100%
	Monitoramento do Banco de Dados Geográficos	Projeto	Banco de Dados em Funcionamento	100%
	Monitoramento da Comunidade	Projeto	Comunidades atendidas	100%
TOTAL DO PROGRAMA				1.500.000,00
ACREDITAÇÃO DOS LABORATÓRIOS E SERVIÇOS TECNOLÓGICOS				
PROGRAMA	Ação	Tipo da Ação	Produto	Meta
	Controle Tecnológico de Obras de Fomento	Projeto	Controle Tecnológico de Obras de Fomento	100% de controle
	Elaboração dos Processos Relativos a Certificação na norma NBR ISO 9001	Projeto	Elaboração dos Processos Relativos a Certificação na norma NBR ISO 9001	3 processos e laboratórios
	Implantação do Sistema de Gestão da Qualidade, baseado nos requisitos da Norma NBR ISO 9001 e NBR ISO/IEC 17025.	Projeto	Treinamento e Capacitação de Corpo Técnico	100%
	Implantação do Sistema de Gestão da Qualidade, baseado nos requisitos da Norma NBR ISO 9001 e NBR ISO/IEC 17025.	Projeto	Adequar os Espaços Físicos	100%
TOTAL DO PROGRAMA				1.384.216,50

Estado do Acre Assembleia Legislativa Comissão de Orçamento e Finanças				
PROGRAMA	FORTALECIMENTO DO PROGRAMA ESTADUAL DE ATER			
Ação	Tipo da Ação	Produto	Meta	Valor Previsto
Implantar o Programa de Certificação	Projeto	Unidades produtivas familiares com certificação	2000 UP	955.000,00
Implantar Ação Agroflorestal Demandada pelos PDC's	Projeto	Comunidades de Alentejo Produtoras com PDC's atendidas	48 CAP's	340.000,00
Realização de ATER no Crédito Solidário e Responsável	Projeto	Famílias de produtores rurais com projetos de crédito	3070 famílias	51.000,00
Capacitação de Técnicos	Projeto	Técnicos das Extensão agroflorestal capacitados	60%	568.097,00
Implementação da Infraestrutura para Realizar ATER	Projeto	Infraestrutura de ATER implementada	70%	1.338.426,00
Sistematização do Programa Estadual de ATER	Projeto	Programa Estadual de ATER sistematizado	100%	270.000,00
Consolidar a Rede de Ater no Estado do Acre	Projeto	Rede de ATER consolidada	80%	787.013,00
			TOTAL DO PROGRAMA	4.313.338,00
PROGRAMA	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS CADENAS PRODUTIVAS DE PRODUTOS AGROFLORESTAIS E FLORESTAIS ESTRATÉGICOS			
Ação	Tipo da Ação	Produto	Meta	Valor Previsto
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas da Borracha - Látex	Projeto	Organização e implantação da produção junto aos seringueiros.	500 látex	496.832,00
Consolidação das Cadeias Produtivas da Borracha - CVP	Projeto	Consolidação da cadeia produtiva da Borracha CVP junto aos seringueiros	2000 famílias	171.101,00
Implementação das Cadeias Produtivas da Borracha - FFL	Projeto	Aumentada a produção de Folha Delamada Líquida de borracha	70 látex	1.168.751,00
Consolidação do Completo Agroindustrial de Aves	Projeto	Produzido aves para abate no frigorífico do Estado	7.500 aves/dia	1.752.521,00
Reorganização e Ampliação das Cadeias Produtivas da Família	Projeto	Famílias envolvidas em boas práticas da produção de farinha	500 famílias	1.072.073,00
Modernização e Ampliação das Cadeias Produtivas do Leite	Projeto	Famílias organizadas para aumentar a oferta de leite no Estado	1200 famílias	1.192.567,00
Modernização das Cadeias Produtivas da Castanha	Projeto	Produção de in natura da Castanha-do-Brasil estendida no Estado beneficiada	60% da produção	3.819.946,00
Consolidação das Cadeias Produtivas de Frutas Tropicais	Projeto	Consolidação das Agroindústrias da polpa de frutas, conservas/boias, farinha de banana e flocos pastas de Estado	7 agroindústrias	352.314,00
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Hortaliças	Projeto	Famílias inseridas no cultivo de hortaliças em visita para o abastecimento das cidades	200 famílias	1.609.063,00
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Amendoim	Projeto	Aumentada a produção de amendoim no Estado	4.800 toneladas	168.943,70
Fortalecimento das Cadeias Produtivas da Piscicultura	Projeto	Famílias beneficiadas com aqueduzes para criação de peixe	250 famílias	92.738,20
			TOTAL DO PROGRAMA	11.995.889,90
TOTAL DO PROGRAMA				

Estado do Acre Assembleia Legislativa Comissão de Orçamento e Finanças				
PROGRAMA	QUADRO DEMONSTRATIVO DE METAS E PRIORIDADES			
Ação	Tipo da Ação	Produto	Meta	Valor Previsto
Implementação do Sistema de Controle Interno	Projeto	Sistema implantado e em funcionamento	100%	274.720,00
			TOTAL DO PROGRAMA	274.720,00
PROGRAMA	MODERNIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA			
Ação	Tipo da Ação	Produto	Meta	Valor Previsto
Implementação do Sistema Jurídico Integrado	Projeto	Sistema Integrado	100%	1.373.394,38
			TOTAL DO PROGRAMA	1.373.394,38
PROGRAMA	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FUNDIÁRIA			
Ação	Tipo da Ação	Produto	Meta	Valor Previsto
Modernização da Gestão Fundiária	Projeto	Implantação dos Procedimentos de Integração, parcelamento de procedimentos e informações dos focos ambiental e Recolha Federal do Brasil	Programas implementados	10.240.000,00
			TOTAL DO PROGRAMA	10.240.000,00
PROGRAMA	REINSAO DAS PREMISAS E DOS DADOS ATUALIZADOS			
Ação	Tipo da Ação	Produto	Meta	Valor Previsto
Reinsemeio Previdenciário	Projeto	Cadastro/reinsemeio com dados Correlativos	100% de Cadastro/reinsemeio com dados Correlativos	490.000,00
			TOTAL DO PROGRAMA	490.000,00
PROGRAMA	CONSTRUÇÃO DE SEDE DO INSTITUTO DE PREVENÇÃO			
Ação	Tipo da Ação	Produto	Meta	Valor Previsto
Construção de um Prédio para abrigar a Sede do ACREPREVENÇA	Projeto	Prédio Construído	1 Prédio	10.000,00
			TOTAL DO PROGRAMA	10.000,00
PROGRAMA	QUADRO DEMONSTRATIVO DE METAS E PRIORIDADES			
Ação	Tipo da Ação	Produto	Meta	Valor Previsto
Quantidade e Qualidade de Prestação e do Acesso a Serviços e Informações Públicas aos Cidadãos Ampliados	Projeto	Estatos da Gestão do Estado	80 %	9.763.953,18
			TOTAL DO PROGRAMA	9.763.953,18
PROGRAMA	CRIAÇÃO DAS CENTRAIS DE ATENDIMENTO INTEGRADO			
Ação	Tipo da Ação	Produto	Meta	Valor Previsto
Programa de Exatidão no Atendimento ao Cidadão	Projeto	Acesso ao Propósito aos Serviços Públicos e de Natureza Públicas Universitárias e Democráticas	95%	7.239.383,74
			TOTAL DO PROGRAMA	7.239.383,74
TOTAL DO PROGRAMA				

Estado do Acre Assembleia Legislativa Comissão de Orçamento e Finanças				
PROGRAMA	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS			
Ação	Tipo da Ação	Produto	Meta	Valor Previsto
Efeuar o Pagamento do Salário da Borracha	Projeto	Salário da borracha pago aos seringueiros	2000 famílias	1.075.000,00
Efeuar o Pagamento do Salário dos Produtos Florestais	Projeto	Salário dos produtos florestais pago aos extrativistas	200 famílias	250.000,00
Efeuar o Pagamento dos Bônus de Certificação	Projeto	Pagamento dos bônus de certificação aos produtores familiares	2000 famílias	525.000,00
Efeuar Pagamento da Rede	Projeto	Rede de ATER paga pelo serviço efetuado	5 instalações	450.000,00
			TOTAL DO PROGRAMA	2.300.000,00
PROGRAMA	IMPLANTAR E CONSOLIDAR A INFRAESTRUTURA DE PRODUÇÃO E PÓLOS AGROFLORESTAIS			
Ação	Tipo da Ação	Produto	Meta	Valor Previsto
Consolidação da Póla e Quintais Agroflorestais	Projeto	Póla Agroflorestais consolidadas	16 Póla	2.010.833,00
Consolidação e Modernização dos Armazéns	Projeto	Armazenamento da produção das famílias envolvidas nas cadeias produtivas estratégicas	4000 famílias	800.000,00
Escamento da Produção	Projeto	Escamento da produção das famílias envolvidas nas cadeias produtivas estratégicas	6000 látex	960.936,00
Mecanização	Projeto	Famílias envolvidas nas cadeias produtivas estratégicas beneficiadas com atividades de mecanização	7750 famílias	696.000,00
			TOTAL DO PROGRAMA	4.597.869,00
PROGRAMA	PROGRAMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E ABASTECIMENTO LOCAL			
Ação	Tipo da Ação	Produto	Meta	Valor Previsto
Garantia da Segurança Alimentar	Projeto	Famílias implementando projetos sustentáveis, manejo e criação de pequenos animais para segurança alimentar	650 famílias	875.500,18
Assistência Técnica e Extensão Indígena	Projeto	Agências indígenas implementando SAF's e atividades da segurança alimentar nas comunidades indígenas	69 AEF's	475.601,92
Realização do Manejo de Pesca Artesanal	Projeto	Realização do manejo comunitário de lagos	9 lagos	51.820,52
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas dos Nho Melancólicos	Projeto	Famílias de extrativistas envolvidas na extração de látex vegetal	250 famílias	32.628,80
Apoio às Ações de Manejo Comunitário da Fauna	Projeto	Famílias de comunidades indígenas e extrativistas efetuando o manejo de fauna e a criação de animais silvestres	500 famílias	151.389,60
			TOTAL DO PROGRAMA	1.500.000,00
TOTAL DO PROGRAMA				

Estado do Acre Assembleia Legislativa Comissão de Orçamento e Finanças				
PROGRAMA	PROGRAMA DE COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGROFLORESTAL (PROACRE)			
Ação	Tipo da Ação	Produto	Meta	Valor Previsto
Realizar a Comercialização da Produção Sustentável Florestal e Agroflorestal Familiar	Projeto	Comercialização da produção sustentável florestal e agroflorestal familiar efetuada	50%	3.000.000,00
Acompanhar e Monitorar o Processo de Comercialização da Produção Sustentável	Projeto	Monitoramento do processo de comercialização da produção sustentável efetuada	80%	265.016,00
			TOTAL DO PROGRAMA	3.265.016,00
PROGRAMA	FORTALECIMENTO E MANUTENÇÃO DE ATER			
Ação	Tipo da Ação	Produto	Meta	Valor Previsto
Fortalecimento e Manutenção de Assistência Técnica e Extensão Agroflorestal	Projeto	Famílias de produtores rurais atendidas com ATER	80%	397.000,00
Implementação de Infraestrutura para Assistência Técnica e Extensão Agroflorestal	Projeto	Infraestrutura de ATER implementada	100%	2.068.465,00
			TOTAL DO PROGRAMA	2.465.465,00
TOTAL DO PROGRAMA				

QUADRO DEMONSTRATIVO DE METAS E PRIORIDADES				
MOERZENIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA				
PROGRAMA	Ação	Tipo da Ação	Produto	Meta
	Estruturação do Programa Ilustrante da Defensoria Pública	Projeto	Programa Ilustrante Estruturado	Realizar 1.000 atendimentos em 30 Serviços Capacitados
	Capacitar Servidores e Colaboradores	Projeto	Serviços e Colaboradores Capacitados	25.000,00
	Especializar e Capacitar Defensores Públicos	Projeto	Defensores Públicos Especializados e Capacitados	55.000,00
	Reformar e Estruturar a Sede da Defensoria Pública em Rio Branco	Projeto	Substituir Móveis e Equipamentos	118.856,67
				TOTAL DO PROGRAMA
				204.856,67
IMPLANTACÃO DE ROTINAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS DA SEE E DAS ESCOLAS				
PROGRAMA	Ação	Tipo da Ação	Produto	Meta
	Implementar o Gerenciamento da Rede na SEE sede e nos 20 centros de Educação	Projeto	SEE e Municípios com o Gerenciamento da Rede Implementado	21 Municípios
	Implantar manual com normas, procedimentos e fluxos dos processos	Projeto	Documento Implementado	1 Manual
	Ampliar competências do programa mensala escolar nas escolas fundamentais estaduais	Projeto	Programa Mensala Escolar estruturado	137 Escolas
				TOTAL DO PROGRAMA
				420.853,00
GESTÃO NA IMPLANTACÃO DE SISTEMAS DE MONITORAMENTO DA SEE E DAS ESCOLAS				
PROGRAMA	Ação	Tipo da Ação	Produto	Meta
	Implantar a estrutura central de software da rede na SEE	Projeto	Software implantado	100
	Instalar infraestrutura de software em 191 escolas urbanas	Projeto	Software implantado	250.000,00
	Instalar infraestrutura de software em 71 escolas rurais com mais de 100 alunos	Projeto	Software implantado	100
	Instalar sistema de Gerenciamento Escolar nas 282 escolas estaduais	Projeto	Escolas Estaduais com Gerenciamento Escolar instalado	282 Escolas
	Prestar assessoria técnica às 282 escolas estaduais	Projeto	Escolas Estaduais Assessoradas	282 Escolas
				TOTAL DO PROGRAMA
				760.000,00

Implantar e desenvolver material pedagógico em língua indígena, portuguesa ou inglês nas 14 escolas indígenas no Acre	Projeto	Material pedagógico implantado e aperfeiçoado	14 Materiais Pedagógicos	108.520,00
Implantar na rede pública o acompanhamento pelos coordenadores de ensino e pedagogo dos procedimentos de sala de aula	Projeto	Escolas com seus procedimentos de sala de aula acompanhados	266 Escolas Públicas	746.836,40
Prestar orientações didáticas sobre diversidade racial	Projeto	Gestores capacitados	23 Equipes Capacitadas	10.000,00
Desenvolver programa de melhoria do ensino de Língua Estrangeira	Projeto	Programa implantado	17 Escolas de Rio Branco	888.956,60
			TOTAL DO PROGRAMA	5.743.227,53
DESENVOLVIMENTO DOS MECANISMOS DE CORREÇÃO DE FLUXO DAS ESCOLAS				
PROGRAMA	Ação	Tipo da Ação	Produto	Meta
	Elevar em 10.000 matrículas em programa de aceleração de aprendizagem na zona urbana de 1ª a 4ª série	Projeto	Vagas Orladas	10400 Vagas
	Elevar a oferta de vagas do Programa de Aceleração da Aprendizagem de 5ª a 8ª série do ensino fundamental, zona urbana em todos os municípios do Acre até 2010	Projeto	Vagas Orladas	11500 Vagas
	Elevar a oferta de vagas do Programa de Aceleração da aprendizagem do ensino médio, zona urbana em 6 municípios do Acre até 2010	Projeto	Vagas Orladas	4600 Vagas
			TOTAL DO PROGRAMA	5.154.759,61
DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E ESCOLAS				
PROGRAMA	Ação	Tipo da Ação	Produto	Meta
	Fortalecer a implementação do PDE nas 270 escolas estaduais urbanas e rurais com Desenvolver e implementar sistema de monitoramento dos programas e projetos da SEE	Projeto	PDE fortalecido nas 270 escolas estaduais com mais de 100 alunos	270 Escolas
	Fortalecer a implementação das escolas estaduais	Projeto	Sistema de monitoramento implementado na SEE e escolas	1 Sistema Implementado
	Fortalecer a capacitação de gestão da Secretaria de Estado de Educação	Projeto	Técnicos da SEE capacitados	60 Técnicos da SEE
	Implantar, nos 22 municípios, programas de fortalecimento institucional das SEMEs e escolas Municipais de Educação e escolas municipais	Projeto	Municípios com programa de fortalecimento institucional das SEMEs e escolas municipais implementado	22 Secretarias Municipais de Educação
			TOTAL DO PROGRAMA	1.060.000,00

DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO NA OFERTA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, FUNDAMENTAL, MÉDIO E EJA NA ZONA URBANA E RURAL				
PROGRAMA	Ação	Tipo da Ação	Produto	Meta
	Ampliar para 30.000 a oferta de EJA/L Alfabetização para a população com 15 anos ou mais de idade	Projeto	39.000 Alunos Matriculados	1.208.024,55
	Ampliar a oferta em 8000 novas vagas na Educação Infantil	Projeto	9.800 Alunos Matriculados	10.471.038,00
	Ampliar a oferta de vagas de 1ª e 4ª série do ensino fundamental	Projeto	30.000 Alunos Matriculados	2.869.943,61
	Ampliar o atendimento para 43.300 matrículas de 9ª a 8ª série na zona urbana	Projeto	43.300 Alunos Matriculados	480.106,15
	Ampliar a oferta de 1.200 novas vagas na Educação Escolar Indígena	Projeto	1.200 Alunos Matriculados	2.068.820,89
	Ampliar a oferta de 4.000 vagas no Ensino Médio Integrado ao Ensino Profissional na Zona Rural	Projeto	4.600 Alunos Matriculados	1.057.867,25
	Ampliar o atendimento para 31.100 matrículas no Ensino Médio	Projeto	31.100 Alunos Matriculados	4.392.006,54
	Ampliar a oferta de 6.200 novas vagas no EJA: Infantil e Fundamental na zona rural	Projeto	9.200 Alunos Matriculados	14.779.205,32
	Garantir a oferta de 33.300 vagas na Educação de Jovens e Adultos-EJA	Projeto	33.300 Alunos Matriculados	2.873.823,83
	Garantir a oferta de 46.500 vagas até 2010 no ensino fundamental de 9 anos nos 22 municípios	Projeto	46.500 Alunos Matriculados	1.973.174,58
	Garantir a oferta de 5.200 vagas na Educação Especial	Projeto	5.200 Alunos Matriculados	800.000,00
	Ampliar a oferta da Estratégia da Escola Alva para oze municípios da rede rural estadualizada	Projeto	12.400 Alunos Matriculados	744.474,12
	Manter e regularizar a infraestrutura das escolas	Projeto	Rede Estadual Regularizada	1 Rede Estadual
				TOTAL DO PROGRAMA
				53.469.556,84
QUADRO DEMONSTRATIVO DE METAS E PRIORIDADES				
DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PROCESSOS E MATERIAIS PEDAGÓGICOS				
PROGRAMA	Ação	Tipo da Ação	Produto	Meta
	Implantar esplanetas didáticas de 5ª a 8ª série e ensino médio nas escolas estaduais	Projeto	Escolas Estaduais com esplanetas didáticas implantadas	133 Escolas
	Revisar referencial curricular de 5ª a 8ª série e ensino médio	Projeto	Referenciais Curriculares revisados	2 Níveis de Ensino
	Realizar avaliação da aprendizagem para alunos da rede estadual de 5ª a 8ª série e ensino médio	Projeto	Alunos avaliados	2 Níveis de Ensino
	Implantar o programa GESTAR no Ensino Fundamental até 2010	Projeto	Programa GESTAR implantado	197 Escolas
				TOTAL DO PROGRAMA
				1.942.824,07

DESENVOLVIMENTO E AVALIAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO				
PROGRAMA	Ação	Tipo da Ação	Produto	Meta
	Certificar coordenadores de ensino e pedagógico da rede estadual	Projeto	Coordenadores de Ensino e Pedagógicos Certificados	960 Coordenadores
	Realizar avaliação diagnóstica de 3400 profissionais de educação	Projeto	Profissionais da Educação Avaliados	3.400 Profissionais da Educação
	Implementar um programa de formação para gestores	Projeto	Gestores Formados	270 Diretores
	Certificar professores indígenas	Projeto	Professores da Educação Indígena Certificados	1500 Professores de Educação Indígena
	Garantir 5900 vagas em 3ª grau nas modalidades presencial e a distância	Projeto	5900 Profissionais Formados	100%
	Garantir 1500 vagas no Profnorte	Projeto	1500 Profissionais Formados	100%
	Oferecer programa de formação continuada nas modalidades presencial e a distância em Tecnologia da Informação Educacional	Projeto	1000 Profissionais de Magistério	100%
	Fortalecer os cursos ofertados pelo Núcleo de Tecnologia Educacional- NTE	Projeto	500 Alunos Capacitados	100%
	Fortalecer o gestão da SEE e SEME's	Projeto	23 Equipamentos Capacitados	100%
			TOTAL DO PROGRAMA	14.809.374,71
IMPLANTACÃO, OFERTAS E DINAMIZAÇÃO DE POLÍTICAS E EQUIPAMENTOS CULTURAIS				
PROGRAMA	Ação	Tipo da Ação	Produto	Meta
	Monitoramento de Pontos de Leitura	Projeto	Monitoramento de Pontos de Leitura	300
	Realizar Semana de Museus	Projeto	Semana Museu Realizada	73.333,34
	Implantar Pontos de Cultura Nuaes	Projeto	Pontos de Cultura Implantados	300.000,00
	Realizar Inventário das Referências Culturais	Projeto	Inventário Realizado	266.666,67
	Implantar Escola de Música	Projeto	Escola Implantada	1
	Implantar Redes de Pontos e Casas de Leitura	Projeto	Redes de Pontos Implantadas	2.820.000,07
	Implantar Casas de Leitura	Projeto	Casas de Leitura Implantadas	150.000,00
				884.256,55

Estado do Acre
Assembleia Legislativa
Comissão de Orçamento e Finanças

Adquirir Títulos para o Acervo da Biblioteca Registrar a Memória dos Velhos Saberes da Floresta Implantar Métodos de Facilitação de Diálogo entre Saberes Tradicionais	Projeto	Títulos Adquiridos	240	653.333,34	Realização de intercâmbio Cultural, Edital Temático, Publicação de Exemplares de Cultura Indígena	Projeto	1	686.726,13
	Projeto	Registros Realizados	30	86.686,67		Projeto	1	200.000,00
	Projeto	Métodos Implantados	1	100.000,00		Projeto	19	2.140.000,00
	TOTAL DO PROGRAMA			1.271.333,35		TOTAL DO PROGRAMA		
CONCRETIZAÇÃO, FOMENTO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA E DE GESTÃO INTERNA COMUNITÁRIA								
Estabelecer Parcerias Comunitárias Implantação de Estrutura do Sistema Nacional de Cultura no Estado Implementação do Programa de Capacitação em Elaboração e Gestão de Projetos	Tipo da Ação	Produto	Meta	Valor Previsto	Implantar Pontos de Apoio de Cultura Indígena	Projeto	1	200.000,00
PROGRAMA	Ação	Parcerias Comunitárias Realizadas	23	1.083.333,34	Desenvolver Centros de Cultura e Esportivas e Centros de Juventude	Projeto	1	1.940.459,99
PROGRAMA	Ação	Estruturas Implantadas	1	1.940.459,99	Realizar Festivais	Projeto	7	12.000,00
PROGRAMA	Ação	Programas Criados	1	3112.206,67	Modernização da Gestão Interna	Projeto	1	277.000,00
AÇÕES INTEGRADAS DE PREVENÇÃO A VIOLENCIA INTRA-FAMILIAR			TOTAL DO PROGRAMA			3.112.206,67		
PROGRAMA	Ação	Parcerias Comunitárias Realizadas	1000	353.705,70	Bibliotecas Modernizadas	Projeto	3	12.000,00
PROGRAMA	Ação	Centros Implimentados	1	253.250,00	Bibliotecas Modernizadas	Projeto	3	12.000,00
PROGRAMA	Ação	Juvenis Contemplados	800	180.000,00	Construção de Planetário do Rio Branco	Projeto	1	1.000.000,00
PROGRAMA	Ação	Oficinas Realizadas	40	132.000,00	Realização da Semana Chico Mendes	Projeto	1	112.334,64
PROGRAMA	Ação	Juvenis Contemplados	10000	200.000,00	Redes de Pontos de Cultura de Fronteira do Estado do Acre	Projeto	4	242.424,24
PROGRAMA	Ação	Campanha Realizada	1	332.911,92	Modernização da Gestão Interna	Projeto	1	277.000,00
AÇÕES INTEGRADAS DE PREVENÇÃO A VIOLENCIA INTRA-FAMILIAR			TOTAL DO PROGRAMA			3.112.206,67		
PROGRAMA	Ação	Parcerias Comunitárias Realizadas	1000	353.705,70	Bibliotecas Modernizadas	Projeto	3	12.000,00
PROGRAMA	Ação	Centros Implimentados	1	253.250,00	Bibliotecas Modernizadas	Projeto	3	12.000,00
PROGRAMA	Ação	Juvenis Contemplados	800	180.000,00	Construção de Planetário do Rio Branco	Projeto	1	1.000.000,00
PROGRAMA	Ação	Oficinas Realizadas	40	132.000,00	Realização da Semana Chico Mendes	Projeto	1	112.334,64
PROGRAMA	Ação	Juvenis Contemplados	10000	200.000,00	Redes de Pontos de Cultura de Fronteira do Estado do Acre	Projeto	4	242.424,24
PROGRAMA	Ação	Campanha Realizada	1	332.911,92	Modernização da Gestão Interna	Projeto	1	277.000,00
AÇÕES INTEGRADAS DE PREVENÇÃO A VIOLENCIA INTRA-FAMILIAR			TOTAL DO PROGRAMA			3.112.206,67		
PROGRAMA	Ação	Parcerias Comunitárias Realizadas	1000	353.705,70	Bibliotecas Modernizadas	Projeto	3	12.000,00
PROGRAMA	Ação	Centros Implimentados	1	253.250,00	Bibliotecas Modernizadas	Projeto	3	12.000,00
PROGRAMA	Ação	Juvenis Contemplados	800	180.000,00	Construção de Planetário do Rio Branco	Projeto	1	1.000.000,00
PROGRAMA	Ação	Oficinas Realizadas	40	132.000,00	Realização da Semana Chico Mendes	Projeto	1	112.334,64
PROGRAMA	Ação	Juvenis Contemplados	10000	200.000,00	Redes de Pontos de Cultura de Fronteira do Estado do Acre	Projeto	4	242.424,24
PROGRAMA	Ação	Campanha Realizada	1	332.911,92	Modernização da Gestão Interna	Projeto	1	277.000,00
AÇÕES INTEGRADAS DE PREVENÇÃO A VIOLENCIA INTRA-FAMILIAR			TOTAL DO PROGRAMA			3.112.206,67		
PROGRAMA	Ação	Parcerias Comunitárias Realizadas	1000	353.705,70	Bibliotecas Modernizadas	Projeto	3	12.000,00
PROGRAMA	Ação	Centros Implimentados	1	253.250,00	Bibliotecas Modernizadas	Projeto	3	12.000,00
PROGRAMA	Ação	Juvenis Contemplados	800	180.000,00	Construção de Planetário do Rio Branco	Projeto	1	1.000.000,00
PROGRAMA	Ação	Oficinas Realizadas	40	132.000,00	Realização da Semana Chico Mendes	Projeto	1	112.334,64
PROGRAMA	Ação	Juvenis Contemplados	10000	200.000,00	Redes de Pontos de Cultura de Fronteira do Estado do Acre	Projeto	4	242.424,24
PROGRAMA	Ação	Campanha Realizada	1					

Aparelhamento de Unidades Regionais de Perícia Técnica	Projeto	Unidades Regionais de Perícia Técnica Aparentadas	2	R\$ 500.000,00
Aparelhamento e Rearranhamento de Unidades de Perícia Técnica da Capital e do Interior	Projeto	Unidades de Perícia Técnica da Capital e do Interior Aparentadas e Rearranhadas	Unidades Aparentadas	R\$ 300.000,00
Aparelhamento e Rearranhamento de Unidades de Polícia da Capital e do Interior	Projeto	Unidades de Polícia da Capital e do Interior Aparentadas e Rearranhadas	Unidades Aparentadas	R\$ 600.000,00
Composição de Equipes de Investigação Policial	Projeto	Equipes de Investigação Policial Compostas	Equipes Compostas	R\$ 720.000,00
Composição de Equipes de Inteligência Policial	Projeto	Equipes de Inteligência Policial Compostas	Equipes Compostas	R\$ 350.000,00
Composição de Equipes de Cumprimento de Mandados Judiciais	Projeto	Equipes de Cumprimento de Mandados Judiciais Compostas	Equipes Compostas	R\$ 400.000,00
Contratação de serviços de Informação	Projeto	Serviços de informação controlados	Serviços Compostos	R\$ 100.000,00
Aquisição de equipamentos de segurança e policiamento	Projeto	Equipamentos de Segurança e Policiamento Adquiridos	Equipamentos Compostos	R\$ 2.400.000,00
Fortalecimento de canais e sistemas de comunicação e informação	Projeto	Canais e sistemas de comunicação e informação fortalecidos	Sistemas Fortalecidos	R\$ 1.700.000,00
PROGRAMA		TOTAL DO PROGRAMA		46.570.000,00
Ação		MELHORIA DA QUALIDADE DE ATENDIMENTO		
Formação de Policiais Civis Comunitários	Projeto	Produto	Meta	Valor Previsto
Capacitação Continuada de Policiais Cive	Projeto	Policiais Cive Comunitários Formados	Policiais Formados	R\$ 500.000,00
Realização de Jornadas de Estudos de Polícia Judiciária	Projeto	Policiais Cive Capacitados	Capacitar policiais civis	R\$ 200.000,00
		Jornadas de Estudos de Polícia Judiciária Realizadas	Realizar Jornadas de Estudos de Polícia Judiciária	R\$ 250.000,00
Implantação de Sistema de Qualidade de Serviço da Polícia Civil	Projeto	Sistema de Qualidade de Serviço da Polícia Civil Implantado	Implantar Sistema de Qualidade de Serviço da Polícia Civil	R\$ 300.000,00

Projeto	Objetivo	Tipo de Ação
Modernizar e fortalecer o setor de transporte da SEDSS	Sector de transporte modernizado e fortalecido	Projeto
Modernizar e adequar os espaços físicos da SEDSS	Espaço físico modernizados e adequados	Projeto
FORTALECIMENTO DO ATENDIMENTO BÁSICO ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL		
PROGRAMA Ações		
Ampiar o número de concessão de microcrédito e crédito solidário para famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	Número de concessão de microcrédito e crédito solidário para famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família ampliado	Projeto
Ampiar o número de famílias inscritas em programas sociais de inclusão social	Número de famílias inscritas em programas sociais de inclusão social ampliado	Projeto
Ampiar o número de jovens entre 15 e 29 anos de idade de famílias cadastradas no CadÚnico, com formação e capacitação profissional	Número de jovens entre 15 e 29 anos de idade de famílias cadastradas no CadÚnico, com formação e capacitação profissional ampliado	Projeto
Ampiar o número de pessoas inscritas no CadÚnico em empreendimentos produtivos com fortalecimento das cadeias produtivas	Número de pessoas inscritas no CadÚnico em empreendimentos produtivos com fortalecimento das cadeias produtivas ampliado	Projeto
Fomentar espaços de pertencimento e responsabilidades	Espacos de pertencimento e responsabilidades fortalecidos	Projeto
Implantar Apoio ao Trabalhador Autônomo	Apoio ao trabalhador autônomo implantado	Projeto
Envolver pessoas de famílias pobres em projetos de melhoria das condições de habitabilidade	Pessoas de famílias pobres envolvidas em projetos de melhoria das condições de habitabilidade	Projeto
Apoiar o desenvolvimento do protagonismo feminino	Desenvolvimento do protagonismo feminino apoiado	Projeto
Envolver pessoas de famílias pobres em projetos de segurança alimentar	Famílias pobres envolvidas em projetos de segurança alimentar	Projeto

Implantação de Serviços Integrados de Proteção Social	Projeto	Serviços Integrados de Proteção Social	Implantar Serviços Integrados de Proteção Social	R\$ 800.000,00
PROGRAMA	Ação	Projeto	Meta	Valor Previsto
Implementar o Programa de Descentralização Financeira e Administrativa das Unidades de Saúde	Implantar o Programa de Descentralização Financeira e Administrativa das Unidades de Saúde	Projeto	20	77.000.000,00
PROGRAMA	Ação	Projeto	Meta	Valor Previsto
Contratação de Profissionais de Saúde	Contratação de Profissionais de Saúde	Projeto	100%	3.700.000,00
Aquisição de Material de Consumo	Aquisição de Material de Consumo	Projeto	100%	2.800.000,00
Reforma e Adequação de Unidades de Saúde	Reforma e Adequação de Unidades de Saúde	Projeto	100%	1.200.000,00
Aquisição de Equipamentos Mobiliários	Aquisição de Equipamentos Mobiliários	Projeto	100%	1.500.000,00
PROGRAMA	Ação	Projeto	Meta	Valor Previsto
Reforma e/ou Estabelecimentos de Saúde	Reforma e/ou Estabelecimentos de Saúde	Projeto	15	24.468.650,00
Construir e/ou Estabelecimentos de Saúde	Construir e/ou Estabelecimentos de Saúde	Projeto	18	11.626.000,00
Adquirir Equipamentos e Mobiliários para villa e novo Estabelecimentos Assistenciais de Saúde	Adquirir Equipamentos e Mobiliários para villa e novo Estabelecimentos Assistenciais de Saúde	Projeto	19	7.890.000,00
PROGRAMA	Ação	Projeto	Meta	Valor Previsto
Fortalecer os conselhos municipais de assistência social	Fortalecer os conselhos municipais de assistência social	Projeto	100%	860.550,53
Fortalecer o Controle Institucional da SEDSS	Fortalecer o Controle Institucional da SEDSS	Projeto	100%	1.000.000,00
Modernizar e fortalecer a gestão da SEDSS	Modernizar e fortalecer a gestão da SEDSS	Projeto	100%	500.000,00
Capacitar os servidores em áreas específicas de atuação	Capacitar os servidores em áreas específicas de atuação	Projeto	100%	200.000,00



Contrair 1 (uma) Penitenciária de Jovens Adultos	Projeto	Penitenciária para jovens adultos construída	Penitenciária construída	15.746.356,13
Contrair 1 (uma) Penitenciária Feminina	Projeto	Penitenciária feminina construída	100%	6.527.622,80
Construção de 2 (dois) blocos educacionais, sendo 01 em Rio Branco e 1 em Cruzeiro do Sul	Projeto	Bloco educacional construído	100%	540.000,00
Contrair 1 (um) Bloco de Saúde na Penitenciária de Senador Guimard	Projeto	Bloco de saúde construído	100%	590.000,00
Ampliar 1 (um) Bloco de Saúde na Penitenciária de Senador Guimard	Projeto	Bloco de saúde construído	100%	152.756,30
Ampliar o Bloco de Saúde do Complexo Penitenciário Francisco D' Oliveira Conde	Projeto	Bloco de saúde ampliado	100%	580.000,00
Ampliar e equiparar as Unidades Penitenciárias do Acre com veículos especializados	Projeto	Unidades apartadas e equipadas	100%	1.959.035,34
Adquirir equipamentos de segurança	Projeto	Equipamentos de segurança adquiridos	100%	120.000,00
Implantar o projeto de alto na vida e garantindo a segurança (Vigilância eletrônica – todo o Estado)	Projeto	Projeto de alto na vida implantado	Projeto implantado	3.000.000,00
Implantar o sistema de estacionamento e controle de visitantes do Complexo Penitenciário Francisco D'Oliveira Conde	Projeto	Estacionamento reformado	100%	400.000,00
Realizar e adequar calçamento das vias internas do Complexo Penitenciário Francisco D'Oliveira Conde	Projeto	Calçamento realizado e adequado	100%	400.000,00
Capacitar os servidores (linhas específicas)	Projeto	Serviços capacitados	100%	200.000,00
Implantar 2 (dois) salas de vídeo audiências	Projeto	Salas de vídeo audiências implantadas	100%	80.000,00
Modernizar as Unidades Penitenciárias	Projeto	Unidades penitenciárias modernizadas	100%	500.000,00
Confeccionar Uniformes para Agentes Penitenciários	Projeto	Uniformes dos agentes penitenciários confeccionados	100%	350.000,00
Confeccionar Uniformes para os presos	Projeto	Uniformes dos presos penitenciários confeccionados	100%	350.000,00
Adquirir filtro e bebedouros para Complexo FOC	Projeto	Filtros e Bebedouros Adquiridos	Equipamentos adquiridos	350.000,00
Realizar melhorias, reformas e adequações na infra Estrutura e Logística	Projeto	Infraestrutura e logística melhorada e reformada	Infraestrutura melhorada	150.000,00
Fortalecer o setor de transporte com aquisição ou locação de veículos	Projeto	Setor de transporte fortalecido	100%	800.000,00
Fortalecer o controle institucional do IAPEN	Projeto	Controle institucional fortalecido	100%	500.000,00



Implantar e Ampliar Bibliotecas nas Unidades Penitenciárias do Acre	Projeto	Bibliotecas implantadas e ampliadas	Biblioteca Ampliada	1.800.000,00
Implantar projeto de recondicionamento de centros em Rio Branco	Projeto	Projeto de recondicionamento implantado	Projeto implantado	20.000,00
Implantar e fortalecer ações de penas e medidas alternativas no Estado	Projeto	Ações de Penas e Medidas Alternativas implantadas e fortalecidas	Ações Fortalecidas	1.486.840,00
Fortalecer as ações de inclusão sócio produtiva no sistema penitenciário	Projeto	Ações de inclusão sócio produtivas fortalecidas	Ações Fortalecidas	300.000,00
TOTAL DO PROGRAMA				19.599.462,84
PROGRAMA				
Ação				
Capacitar servidores para o processo de gerenciamento do Instituto	Tipo da Ação	Produtos	Meta	Valor Previsto
Levantamento de dados e cadastramento de orientadores sociais	Projeto	Serviços capacitados	300	100.000,00
Capacitação de orientadores sociais	Projeto	Levantamento e cadastramento realizado	100	30.000,00
Implantação de sistema de monitoramento para pagamento dos orientadores sociais	Projeto	Orientadores capacitados	100	100.000,00
Bolsa auxílio para os orientadores sociais	Projeto	Sistema implantado	1	50.000,00
Aquisição de veículos	Projeto	Bolsa disponibilizada	100	360.000,00
Contratação de consultores para capacitação	Projeto	Veículos adquiridos	5	175.000,00
Contratação de equipe técnica	Projeto	Consultores contratados	10	30.000,00
Implantação e manutenção de atividades culturais, esportivas e profissionalizantes	Projeto	Equipe técnica contratada	10	350.000,00
Ações de mobilização comunitária	Projeto	Atividades implantadas	600 jovens atendidos	60.000,00
Levantamento das demandas	Projeto	Ações realizadas	5	20.000,00
Implantação e manutenção de atividades culturais, esportivas e profissionalizantes	Projeto	Levantamento realizado	1	5.000,00
Implantação e manutenção de oficinas de cidadania	Projeto	Atividades implantadas	600 jovens atendidos	40.000,00
Contratação de consultores para realização de oficinas de cidadania	Projeto	Oficinas implantadas	1.200	30.000,00
Contratação de equipe técnica	Projeto	Consultores contratados	10	30.000,00
Manutenção reforma e ampliação dos CEJAS	Projeto	Equipe técnica contratada	10	175.000,00
Implantação e manutenção do fundo de protagonismo e bolsa protagonismo	Projeto	CEJAS reformados	8	1.000.000,00
	Projeto	Fundo e bolsa implantados	1	720.000,00



Implantar programa voltado ao combate da prostituição infantil	Projeto	Programa voltado ao combate da prostituição infantil implantado	Programa implantado	800.000,00
Implantar programa voltado aos homens ou famílias autores de violência doméstica	Projeto	Programa voltado aos homens ou famílias autores de violência doméstica implantado	Programa implantado	800.000,00
Estabelecer convênios com a sociedade civil	Projeto	Convênios com a sociedade civil estabelecidos	Programa implantado	2.258.252,82
TOTAL DO PROGRAMA				46.873.052,25
PROGRAMA				
Ação				
Completar o Programa Bolsa Família	Tipo da Ação	Produtos	Meta	Valor Previsto
Implantar o Programa Adjuvto da solidariedade para jovens e mulheres	Projeto	Programa Bolsa Família completado	Programa contemplado	4.800.000,00
	Projeto	Programa Adjuvto da Solidariedade implantado	Programa contemplado	1.596.000,00
TOTAL DO PROGRAMA				6.396.000,00
PROGRAMA				
Ação				
Apoiar o Desenvolvimento do Protagonismo Juvenil	Tipo da Ação	Produtos	Meta	Valor Previsto
Implantar o Programa Program Urbano	Projeto	Desenvolvimento do protagonismo Juvenil Apoiado	Atende 30% dos jovens entre 12 e 29	3.725.953,50
	Projeto	Programa Program Urbano implantado	Programa implantado	250.000,00
TOTAL DO PROGRAMA				3.975.953,50
PROGRAMA				
Ação				
Ampliar e equiparar as unidades com equipamentos de informática	Tipo da Ação	Produtos	Meta	Valor Previsto
Realizar reformas no Complexo Penitenciário Francisco D' Oliveira Conde	Projeto	Unidades equipadas com equipamentos de informática	100%	382.112,78
Realizar reforma continuada de Agentes Penitenciários	Projeto	Reforma no Complexo Penitenciário realizada	Reforma Realizada	2.330.806,47
Manutenção de blocos construídos na primeira etapa da Penitenciária de Senador Guimard	Projeto	Fornecimento continuado de Agentes Penitenciários Realizada	100%	209.360,62
Capacitar os servidores do IAPEN e policiais civis, bem como, padronizar os procedimentos seletivos, além de fortalecer os trabalhos do serviço de inteligência	Projeto	Blocos amplificados	100%	477.511,58
	Projeto	Serviços capacitados	100%	100.515,85



Apresentar a ampliação do Bloco de Saúde da UPTOC	Projeto	Bloco de saúde ampliado e ampliado	100%	152.738,30
TOTAL DO PROGRAMA				38.385.794,17
PROGRAMA				
Ação				
Implantar o projeto visando o presente e transformando o futuro	Tipo da Ação	Produtos	Meta	Valor Previsto
Implantar o Projeto Mentis Livres	Projeto	Projeto iniciado implantado	Projeto implantado	201.426,40
Fortalecer o Projeto Mulheres da Paz	Projeto	Projeto Mentis Livres implantado	Projeto implantado	109.824,47
Implantar o Projeto Redenção de Papel para Mulheres - Mundo Sustentável (SPM)	Projeto	Projeto Mulheres da Paz fortalecido	Projeto implantado	313.000,00
Implantar o Projeto Redenção de Papel para Mulheres implantado	Projeto	Projeto Redenção de Papel para Mulheres implantado	Projeto implantado	222.781,47
Implantar Brinquedoteca nas Unidades Penitenciárias	Projeto	Brinquedotecas implantadas	Brinquedoteca implantada	457.860,00
Implantação de Viveiro de Mudas - Projeto SEMEAR	Projeto	Viveiro de Mudas implantado	Viveiro implantado	215.826,40
Implantar Oficina Escola - Ação e Cidadania, Capacitação de Mulheres no Sistema Penitenciário	Projeto	Oficina escola ação e cidadania implantada	Oficina implantada	300.000,00
Implantar Projeto Cantando a Vida - Promover um caso de música trabalhando o canto coral e instrumento musical (UP3)	Projeto	Projeto cantando a vida implantado	Projeto implantado	120.000,00
Implantar Núcleo de Apoio à Família - NAF	Projeto	Núcleo de apoio a família implantado	Núcleo implantado	332.991,83
Construir Quadra Poliesportiva em Rio Branco e Cruzeiro do Sul	Projeto	Quadra poliesportiva construída	Quadra construída	1.100.000,00
Implantar Oficina de Marcenaria	Projeto	Oficina de Marcenaria implantada	Oficina implantada	500.000,00
Implantar Oficina de Eletrodomésticos	Projeto	Oficina de Eletrodomésticos implantada	Oficina implantada	382.340,34
Implantar Projeto Pintando a Liberdade	Projeto	Projeto Pintando a Liberdade implantado	Projeto implantado	1.301.560,97
Apresentar Sistema Integrado de Acompanhamento e Apoio ao Cuidado de Penas e Medidas Alternativas - SIAPM do Segundo Distrito do Município de Rio Branco	Projeto	Sistema integrado implantado	Sistema implantado	474.549,59
Implantar o Projeto Pintando a Cidadania	Projeto	Projeto pintando a cidadania implantado	Projeto implantado	1.301.560,97

AMF – Tabela 5 (RRE, art. 4º, § 2º, inciso II)	2008 (A)	2007 (B)	R\$ Milhares
RECEITAS REALIZADAS			
RECEITA DE CAPITAL	735	0	24
ALENAÇÃO DE ATIVOS	735	0	24
Aleenação de Bens Móveis	735	0	24
Aleenação de Bens Imóveis	0	0	0
TOTAL	735	0	24

 Estado do Acre
Assembleia Legislativa
Comissão de Orçamento e Finanças

Subsecretaria de Atividades Legislativas
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241 Centro - CEP 69908 - 040 - fone (68) 3213 4000 home page: aleac.ac.gov.br

 Estado do Acre
Assembleia Legislativa
Comissão de Orçamento e Finanças

RECITA E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPMS 2010			
ANF - Tabela 6 (RPF, art. 4º, § 2º; Anexo IV, alínea a)	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2009	2010
RECEITAS CORRENTES			
Resultado do Contribuinte		\$2.595	\$2.718
Pensão Civil		-	-
Pensão Militar		-	-
Outras Contribuições Para Despesas		-	-
Contribuição Previdenciária sobre RPPS e RPMS		2.675	3.196
Renda Patrimonial		1.882	1.432
Outros Rendimentos Correntes		-	-
RECEITA DE CAPITAL			
Atribuição de bens		-	-
Outros Rendimentos de Capital		-	-
SUBTOTAL PREVIDENCIÁRIO DA RECEITA TOTAL		28.710	38.346
DESPESAS			
Compensação Patronal do Exercício		-	-
Pensão Civil		-	-
Pensão Militar		-	-
Contribuição Patronal de Exercícios Anteriores		-	-
Pensão Civil		-	-
Pensão Militar		-	-
REPASSE PREVID. PARA COBERTURA DE DÉFICIT		13.636	-
REPASSE PREVIDENCIÁRIO - RPMS SOBRE OGC's		-	65.884
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS		187.081	176.744
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS		2010	2011
Compensação Patronal do Exercício		-	-
Pensão Civil		-	-
Pensão Militar		-	-
Contribuição Patronal de Exercícios Anteriores		-	-
Pensão Civil		-	-
Pensão Militar		26.730	31.175
Outras Despesas Correntes		-	-
Compensação Previd. De aposent. RPMS e RGPS		-	-
Compensação Previd. De Pensão RPMS e RGPS		-	-
Outras Despesas Previdenciárias		-	-
Despesa Previdenciária - RPMS (EXTRA-OCAM)		885	13
Despesa Previdenciária - RPMS (EXTRA-OCAM)		45	67
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS		27.710	108.779
DIFERENÇA (DÉFICIT) ENTRE RECEITA E DESPESA		1.000	174.567
Total Saldo em favor do Exercicio 2009, 2010 e 2011		9.800	94.068

 Estado do Acre
Assembleia Legislativa
Comissão de Orçamento e Finanças

Tributo	Modalidade	Setores/Programas/Beneficiário	Renúncia de Receita Prevista		
			2010	2011	2012
ICMS		Cesta Básica	890	935	962
ICMS		Incentivo Produtor Rural	5.300	5.565	5.843
ICMS		Incentivo à Indústria	5.788	6.077	6.381
ICMS		Incentivo à Atividade Sucroalcooleira	3.352	3.562	3.740
ICMS		Penalidades Acessórias	1.447	1.519	1.595
TOTAL			16.817	17.658	18.541

Fonte: Departamento de administração Tributária

Notas:

1 - O Incentivo sobre produtos que compõe a cesta básica e o Incentivo ao produtor rural são benefícios continuados a mais de dois anos, já excluídos da previsão da receita.

2 - A Compensação estimada do Incentivo à indústria, ao setor sucroalcooleiro e ao produtor rural, refere-se à tributação incidente sobre a renda gerada, consumo, insumos e serviços decorrentes dos negócios incentivados.

3 - compensação estimada sobre redução de penalidades acessórias decorre da expectativa de recuperação de tributo vencido e não pago.

Subsecretaria de Atividades Legislativas
Rua Afonso Porto Leal, n. 241 Centro - CEP 69908 - 040 - fone (68) 3213 4000 home page: aleac.ac.gov.br

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DIÁRIO DO PODER LEGISLATIVO
DO ESTADO DO ACRE
Editado pela:
Subsecretaria de Publicidade e
Comunicação Social
Diretor Responsável:
João Roberto Brafia Bezerra
Inscrição 13198
Coordenadora de Redação e Revisão
de Atas:
Juscelina Barbosa Pinheiro
Apoio:
Coordenadoria de Comunicação Social
Composto e Impresso na Gráfica Globo Ltda.
Endereço: Av. Ceará - 3.335.

Rua Arlindo Porto Leal, n. 241 Centro - CEP 69908 - 040 - fone (68) 3213-4000 home page: alacac.gov.br